



**Universidade de Brasília**

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e

Gestão de Políticas Públicas - FACE

Departamento de Gestão de Políticas Públicas - GPP

**KAROLAYNE OLIVEIRA DE SOUZA**

**POLÍTICAS PARA ACESSO, ACESSIBILIDADE  
E PERMANÊNCIA DE PESSOAS COM  
DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: Um  
estudo em uma Instituição Federal de Ensino  
Superior do Centro-Oeste**

Brasília - DF

2024

KAROLAYNE OLIVEIRA DE SOUZA

**POLÍTICAS PARA ACESSO, ACESSIBILIDADE  
E PERMANÊNCIA DE PESSOAS COM  
DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: Um  
estudo em uma Instituição Federal de Ensino  
Superior do Centro-Oeste**

Monografia apresentada ao  
Departamento de Gestão de Políticas  
Públicas como requisito parcial à  
obtenção do título de Bacharel em  
Gestão de Políticas Públicas.

Professora Orientadora: Dr<sup>a</sup>. Elisabeth  
Aparecida Correa Menezes

Brasília - DF

2024

## FICHA CATALOGRÁFICA

Autorizo a reprodução ou a divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pela autora

Np Oliveira de Souza, Karolayne  
POLÍTICAS PARA ACESSO, ACESSIBILIDADE E PERMANÊNCIA DE  
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: Um estudo em uma  
Instituição Federal de Ensino Superior do Centro-Oeste /  
Karolayne Oliveira de Souza; orientadora Elisabeth Aparecida  
Corrêa Menezes. -- Brasília, 2024.  
71 p.

Monografia (Graduação - Gestão de Políticas Públicas) --  
Universidade de Brasília, 2024.

1. Acessibilidade. 2. Pessoas com Deficiência. 3. Ensino  
Superior. I. Menezes, Elisabeth Aparecida Corrêa, orient. II.  
Título.

KAROLAYNE OLIVEIRA DE SOUZA

**POLÍTICAS PARA ACESSO, ACESSIBILIDADE  
E PERMANÊNCIA DE PESSOAS COM  
DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: Um  
estudo em uma Instituição Federal de Ensino  
Superior do Centro-Oeste**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília da aluna Karolayne Oliveira de Souza

---

Doutora Elisabeth Aparecida Corrêa  
Menezes -Orientadora.

---

Doutora Sheila Cristina Tolentino  
Barbosa -Professora-Examinadora.

Brasília, 06 de setembro de 2024

Dedico este trabalho à minha família, cujo amor e encorajamento foram meu alicerce. Aos professores que compartilham seu conhecimento e inspiram meu crescimento. Aos amigos que estiveram ao meu lado, oferecendo apoio e compreensão nos momentos desafiadores. Muito obrigada.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, gostaria de expressar minha eterna gratidão a Deus e à minha fé, que, mesmo nos momentos mais desafiadores, me concederam esperança e a confiança para acreditar no meu sucesso acadêmico. Sua presença constante em minha vida foi um farol de luz que me guiou ao longo desta jornada.

Aos meus pais, Maria Fernandes Oliveira e Barnabé Malaquias de Souza, expressei meu mais profundo e sincero agradecimento. Vocês foram a base de todo o meu percurso acadêmico, sempre me incentivando e mostrando a importância dos estudos. A dedicação de vocês em me apoiar em todas as circunstâncias, fazendo o possível e o impossível, não tem preço. Sou grata pelo amor constante, pelo suporte incondicional e pelos sacrifícios que fizeram para garantir que eu pudesse alcançar meus objetivos. O amor e o apoio de vocês foram essenciais para minha jornada, e cada gesto, palavra de encorajamento e demonstração de carinho foram fundamentais. Este sucesso é, em grande parte, um reflexo do amor e do empenho que dedicaram para me ajudar a chegar aqui. Este momento é ainda mais especial graças a vocês.

Agradeço também ao meu padrasto, Gedel Nunes de Andrade, por seu acolhimento e apoio durante os anos em que se tornou parte da nossa família. Sua contribuição significativa e sua presença constante foram fundamentais para minha formação pessoal e acadêmica.

À minha irmã, Elizabeth Oliveira Costa, que esteve ao meu lado de todas as formas possíveis, especialmente com seu apoio emocional inabalável. Sua presença foi uma fonte constante de força e inspiração, e sou imensamente grata por cada momento de compreensão e suporte que você me ofereceu. Agradeço também aos meus sobrinhos, Rian David Malaquias Adelino, Julie Hadassa Malaquias, Ana Luiza Malaquias, Violeta Alice Carneiro de Oliveira e, de forma especial, ao meu querido Danilo Sousa Silva, que sempre estará presente em meu coração. Cada um de vocês trouxe uma alegria imensa e um calor especial aos meus dias. Vocês foram responsáveis por criar memórias preciosas e momentos de aconchego que guardarei com muito carinho para o resto da minha vida.

Aos meus amigos, que estiveram ao meu lado e compreenderam minhas angústias durante toda a graduação, meu sincero agradecimento. Um agradecimento especial à Bianca Bezerra Costa da Silva, Amanda Alves Farias e Nickolas Kalebe Reis Gomes. Sua amizade, compreensão e apoio foram fundamentais para enfrentar os desafios que surgiram ao longo desta jornada acadêmica.

À minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elisabeth Aparecida Corrêa Menezes, expresso minha gratidão sincera. Agradeço por acreditar no meu trabalho e por me orientar com tanto empenho e dedicação. Seu suporte e suas orientações foram cruciais para a realização deste projeto, e sou profundamente grata por toda a orientação e conhecimento compartilhado.

À Universidade de Brasília, à DACES e a todos os seus funcionários e discentes, meu agradecimento pela colaboração e suporte recebidos, que foram essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Gostaria de dedicar um agradecimento especial a mim mesma, por ter sido a força motriz por trás desta conquista acadêmica. Este trabalho representa muito mais do que a conclusão de um projeto; é a culminação de inúmeras horas de dedicação, estudo e superação. Agradeço-me por ter mantido a determinação inabalável e a coragem para enfrentar os desafios que surgiram ao longo do caminho.

Reconheço o valor de cada momento de esforço e sacrifício, e celebro a força interior que me impulsionou a seguir em frente, mesmo quando os obstáculos pareciam insuperáveis. Este projeto é um reflexo do meu compromisso com a excelência e da paixão que tenho pelo meu campo de estudo. Estou profundamente orgulhosa da minha jornada e da minha capacidade de transformar dificuldades em oportunidades de crescimento e aprendizado. Agradeço-me por acreditar em meu potencial e por lutar com afinco para ver este sonho se concretizar. Este é um marco significativo na minha vida e um testemunho do meu esforço e dedicação.

Meus agradecimentos são muitos e não cabem apenas em palavras. Estou profundamente feliz e grata a todos que estiveram presentes e contribuíram para esta jornada em minha vida.

*“O sucesso é a soma de pequenos esforços repetidos dia após dia”*

*Robert Collier*

## RESUMO

O presente trabalho busca investigar como se dá a execução de políticas de acesso, acessibilidade e permanência dentro de uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) do Centro-Oeste, segundo a percepção de gestores da IFES e de discentes com deficiência. Com base em revisão de literatura relacionada ao tema, buscou-se compreender as questões voltadas para a educação das pessoas com deficiência (PCD's), perpassando rapidamente pela história de exclusão desses indivíduos. Buscou-se ainda uma clareza em relação a importância do tema, que surge para ampliar os conhecimentos voltados para a questão estudada, além de dar luz as problemáticas em relação as barreiras existentes na educação superior. Como metodologia, utilizou-se o método misto (quantitativo e qualitativo), caracterizando-se como uma pesquisa de natureza exploratória e descritiva. Os resultados da pesquisa apontam para um aprimoramento das ações voltadas para o acesso, acessibilidade e a permanência dos estudantes com deficiência nos cursos de graduação da instituição em estudo.

**Palavras-chave:** Acessibilidade; Pessoas com Deficiência; Ensino Superior.

## **ABSTRACT**

This study investigates the implementation of access, accessibility, and retention policies within a Federal Institution of Higher Education (IFES) in the Midwest, based on the perceptions of IFES managers and students with disabilities. Through a literature review related to the topic, we seek to understand issues concerning the education of people with disabilities (PWD), briefly addressing the history of exclusion faced by these individuals. Furthermore, we aim to clarify the importance of the topic, which arises to broaden knowledge on the studied issue and shed light on the challenges related to existing barriers in higher education. The methodology employed is a mixed method (quantitative and qualitative), characterizing the research as exploratory and descriptive. The results indicate a need for improvement in actions aimed at access, accessibility, and the retention of students with disabilities in the undergraduate courses of the institution under study.

**Key words:** Accessibility; People with Disabilities; Higher Education.

## RESUMEN

Este trabajo busca investigar cómo se lleva a cabo la ejecución de políticas de acceso, accesibilidad y permanencia dentro de una Institución Federal de Educación Superior (IFES) del Centro-Oeste, según la percepción de los gestores de la IFES y de los estudiantes con discapacidad. Con base en una revisión de literatura relacionada con el tema, se busca comprender las cuestiones relacionadas con la educación de las personas con discapacidad (PCD), pasando rápidamente por la historia de exclusión de estos individuos. También se busca aclarar la importancia del tema, que surge para ampliar el conocimiento sobre la cuestión estudiada y arrojar luz sobre las problemáticas relacionadas con las barreras existentes en la educación superior. Como metodología, se utilizó el método mixto (cuantitativo y cualitativo), caracterizándose como una investigación de naturaleza exploratoria y descriptiva. Los resultados de la investigación apuntan hacia la necesidad de mejorar las acciones dirigidas al acceso, la accesibilidad y la permanencia de los estudiantes con discapacidad en los cursos de grado de la institución en estudio.

**Palabras clave:** Accesibilidad; Personas con Discapacidad; Educación Superior.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Ciclo de políticas públicas .....	27
<b>Figura 2</b> - Organograma Institucional.....	37
<b>Figura 3</b> - Transporte de pessoas com mobilidade reduzida.....	55

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Quantitativo de discentes ingressantes que possuem deficiência nos cursos da IFES no ano de 2019.....	46
<b>Tabela 2</b> - Quantitativo de discentes ingressantes que possuem deficiência nos cursos da IFES no ano de 2020.....	49
<b>Tabela 3</b> - Quantitativo de discentes ingressantes que possuem deficiência nos cursos da IFES no ano de 2021.....	51

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Quantitativo de discentes ingressantes que possuem deficiência nos cursos da IFES no ano de 2019.....	45
<b>Gráfico 2</b> - Quantitativo de discentes ingressantes que possuem deficiência nos cursos da IFES no ano de 2020.....	48
<b>Gráfico 3</b> - Quantitativo de discentes ingressantes que possuem deficiência nos cursos da IFES no ano de 2021.....	50

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Metodologia de Pesquisa.....	35
<b>Quadro 2</b> - Relação dos Entrevistados.....	38

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BSAN	Bloco de Salas da Aula Norte
CET	Centro de Ensino e Treinamento
DAC	Diretoria de Assuntos Comunitários
DACES	Diretoria de Acessibilidade
EUA	Estados Unidos da América
FACE	Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia e Gestão de Políticas Públicas
FCE	Faculdade de Ciências Econômicas
FCI	Faculdade de Ciências Interdisciplinares
FD	Faculdade de Direito
FE	Faculdade de Engenharia
FEF	Faculdade de Educação Física
FGA	Faculdade de Gestão Ambiental
FAC	Faculdade de Artes Cênicas
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
FAV	Faculdade de Administração e Vigilância
FM	Faculdade de Medicina
FS	Faculdade de Saúde
FT	Faculdade de Tecnologia
FUP	Faculdade de Psicologia
IB	Instituto Brasileiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICC	Instituto Central de Ciências
ICS	Instituto de Ciências Sociais
IDA	Instituto de Desenvolvimento da Administração
IE	Instituto de Engenharia
IF	Instituto Federal
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IG	Instituto Geográfico
IH	Instituto de Humanidades
IL	Instituto de Linguística

IPOL	Instituto de Políticas Públicas
LAI	Lei de Acesso à Informação
ONU	Organização das Nações Unidas
PAT	Pavilhão Anísio Teixeira
PCD	Pessoas com Deficiência
PJC	Pavilhão João Calmon
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PPNE	Programa de Apoio ao Portador de Necessidades Especiais
PTA	Programa de Tutoria para Acessibilidade
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão das Atividades Acadêmicas
TDAH	Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade
TEA	Transtorno do Espectro Autista
TFE	Transtornos Funcionais Específicos
UNB	Universidade de Brasília

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	20
1.1	Pergunta de pesquisa .....	22
1.2	Objetivos.....	22
1.2.1	Objetivo geral .....	22
1.2.2	Objetivos Específicos .....	22
1.3	Justificativa.....	23
2	REFERENCIAL TEORICO .....	25
2.1	Políticas Públicas.....	25
2.2	Ciclo de Políticas Públicas .....	26
2.3	Avaliação de Políticas Públicas.....	28
2.4	Acesso, Acessibilidade e Permanência de Pessoas com Deficiência no Ensino Superior .....	29
3	PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS .....	34
3.1	Método Científico e Tipo de Pesquisa.....	34
3.2	Características da Organização.....	35
3.3	Participantes do Estudo .....	37
3.4	Caracterização dos Instrumentos de Pesquisa .....	38
3.4.1	Pesquisa bibliográfica.....	39
3.4.2	Pesquisa documental .....	39
3.4.3	Entrevistas .....	39
3.5	Análise de Dados .....	40
4	RESULTADOS .....	42
4.1	Descrição do núcleo de acessibilidade de uma IFES do Centro-Oeste .....	42
4.2	Políticas de acesso, acessibilidade e permanência dos alunos com deficiência .....	43
4.3	Quantitativo de alunos ingressantes e o tipo de deficiência no período de 2019 a 2021 na IFES em estudo.....	44
4.4	Ações e políticas desenvolvidas pela IFES em relação a acessibilidade e permanência dos alunos com deficiência.....	53
4.5	Principais dificuldades e desafios na acessibilidade e permanência .....	56
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	60
5.1	Recomendações .....	63

Referências .....	64
Apêndices .....	67

## 1 INTRODUÇÃO

A educação pode ser considerada um pilar fundamental para o desenvolvimento individual e coletivo, além de ser um dos polos essenciais para o progresso social e econômico de uma nação. Sua relevância é a capacidade de adquirir conhecimento, aprimorar habilidades e competências, essenciais para o desenvolvimento pessoal.

No Relatório sobre o Direito à Educação, realizado pela Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais, Sergio Haddad (2004) afirma:

“Conceber a Educação como Direito Humano diz respeito a considerar o ser humano na sua vocação ontológica de querer “ser mais”, diferentemente dos outros seres vivos, buscando superar sua condição de existência no mundo. Para tanto, utiliza-se do seu trabalho, transforma a natureza, convive em sociedade. Ao exercitar sua vocação, o ser humano faz história, muda o mundo, por estar presente no mundo de uma maneira permanente e ativa [...] A educação é um elemento fundamental para a realização dessa vocação humana.” (P. 1)

Na perspectiva acadêmica, entende-se que a educação é crucial para todos, pois desempenha um papel fundamental na promoção da igualdade de oportunidades. Ela possibilita o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e emocionais, preparando os indivíduos para compreender o mundo ao seu redor, adaptar-se às mudanças e enfrentar desafios que surgem ao longo da vida. Portanto, a educação representa o caminho mais seguro e genuíno para o progresso, e a garantia do acesso ao conhecimento é essencial, independentemente das barreiras existentes para as pessoas com deficiência (PCD's).

Segundo Sasaki (2003), até o século XIX, indivíduos com deficiência não tinham acesso à educação formal e eram estigmatizados, vivendo à margem da sociedade. Essa postura adotada pela sociedade e pelas estruturas estatais foi identificada como o Modelo de Rejeição Social, caracterizada por percepções desfavoráveis sobre a contribuição social das PCD's. Em 1981, surge o Modelo Social de Deficiência, que propõe a adaptação dos ambientes sociais de forma conveniente, removendo obstáculos para permitir a participação plena das PCD's na vida em sociedade (Sasaki, 2003).

De acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), os Estados participantes da convenção comprometeram-se a promover, proteger e assegurar o pleno e igual gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais para todas as pessoas com deficiência. A convenção define a deficiência como um conceito em constante evolução, que resulta da interação entre pessoas com limitações físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais e as barreiras sociais e ambientais que impedem sua plena participação na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Em consonância com essa definição, um estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgado em 21 de setembro de 2022, revelou que o Brasil possui mais de 17 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência. Esses números ressaltam a importância de políticas públicas inclusivas, que garantam o acesso equitativo a direitos e oportunidades para essa parcela significativa da população.

Diante da importância do tema, o presente estudo aborda questões relacionadas ao acesso, acessibilidade e a permanência de alunos com deficiência em uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES). Essa temática é de grande relevância, pois visa garantir que todos os indivíduos, independentemente de suas limitações físicas, sensoriais ou cognitivas, tenham igualdade de oportunidades de acesso, participação e sucesso no ambiente acadêmico.

A pesquisa em questão foi realizada em uma IFES do Centro-Oeste, especificamente na Universidade de Brasília. A instituição possui a Diretoria de Acessibilidade (DACES), que age como núcleo de acessibilidade, auxiliando os discentes com deficiência dentro da universidade.

O acesso, acessibilidade e permanência dos estudantes com deficiência no ensino superior envolve uma abordagem ampla, que abrangem os aspectos físicos, comunicacionais, pedagógicos e socioemocionais. Isso implica na adaptação de infraestrutura física, disponibilização de tecnologias assistivas, formação e capacitação de docentes e equipe acadêmica, desenvolvimento de currículos acessíveis, apoio psicossocial e criação de políticas institucionais inclusivas, sendo isso, exatamente o que a DACES busca assegurar para os alunos, visto que essa pesquisa procura averiguar a execução e efetividade dessas ações.

O objetivo principal é garantir que esses alunos tenham acesso às oportunidades de aprendizado, participação em atividades acadêmicas, pesquisa e desenvolvimento profissional que seus colegas sem deficiência. Além disso, busca-se promover a valorização da diversidade, o respeito aos direitos humanos e a construção de uma sociedade mais inclusiva, considerando suas deficiências e interseccionalidade. Nesse sentido, conforme Sasaki (2007), a inclusão é:

“O processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana – composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos – com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações.”

Ademais, esse tema inclui a análise dos desafios enfrentados pelos alunos com deficiência no acesso, acessibilidade e na permanência à educação superior, as barreiras físicas e atitudinais existentes, a importância da formação de professores e profissionais da educação para a inclusão, a necessidade de políticas públicas e marcos legais que garantam a igualdade

de oportunidades, bem como a divulgação de boas práticas e de uma ampliação das pesquisas na área.

A pesquisa nesse campo contribui para o desenvolvimento de soluções e estratégias efetivas em relação a inclusão, oferecendo privilégios científicos para embasar políticas educacionais, identificar lacunas de conhecimento, desenvolver tecnologias assistivas e promover uma mudança de cultura e mentalidade em relação à inclusão de PCD's em uma IFES.

## **1.1 Pergunta de pesquisa**

Dada a importância do tema, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: Como ocorre a execução de políticas de acesso, acessibilidade e permanência na Universidade de Brasília?

## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1 Objetivo geral**

O objetivo geral da pesquisa é verificar como ocorre a execução de políticas de acesso, acessibilidade e permanência de alunos com deficiência na Universidade de Brasília.

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

1. Identificar políticas de acesso, acessibilidade e permanência dos alunos com deficiência.

2. Identificar o quantitativo de alunos ingressantes e o tipo de deficiência no período de 2019 a 2021 na Instituição Federal de Ensino Superior em estudo.

3. Identificar ações desenvolvidas pela Instituição Federal de Ensino Superior em relação a acessibilidade e permanência dos alunos com deficiência.

4. Identificar por meio de entrevistas com o gestor do núcleo de acessibilidade da Instituição Federal de Ensino Superior e com alunos deficientes quais são as principais dificuldades e desafios na acessibilidade e permanência.

### 1.3 Justificativa

O estudo desse tema é fundamental para contribuir com a promoção e a inclusão, colaborando assim, com a igualdade de oportunidades no ambiente universitário.

Dessa forma, compreende-se a relevância deste estudo, uma vez que garantir o acesso, acessibilidade e permanência das PCD's, são aspectos essenciais da diversidade nas instituições de ensino superior. A promoção de um ambiente inclusivo na IFES implica no reconhecimento e na abordagem da variedade de habilidades, perspectivas e experiências. Essa abordagem contribui para criar um ambiente acadêmico mais enriquecedor, estimulante e equitativo.

Segundo Dechichi, Silva e Gomide:

“As chegadas de alunos com necessidades educacionais especiais aos cursos de graduação das universidades públicas têm revelado a necessidade emergencial que os aspectos educacionais relacionados ao processo de atendimento acadêmico deste grupo sejam trazidos ao debate, buscando oferecer condições mínimas de acesso e permanência dessa população no meio universitário” (Dechichi; Silva; Gomide, 2008, p. 338).

Além disso, a pesquisa nessa área pode oferecer evidências e informações essenciais para a reformulação ou formulação de novas políticas públicas voltadas à inclusão e ao suporte de estudantes com deficiência no ambiente universitário. Esses estudos podem servir como base para a criação de leis, diretrizes e programas que promovam a igualdade de acesso à educação superior para todos os estudantes. Também possibilita a análise e avaliação da eficácia das disposições existentes, fornecendo insights sobre sua efetividade.

Os resultados da pesquisa poderão contribuir para a ciência ao investigar e analisar os desafios, necessidades, experiências e perspectivas dos estudantes com deficiência.

A Universidade de Brasília (UnB) é uma instituição federal de ensino superior público brasileiro, fundada em 1962. Ela se destaca por reinventar sua missão, promovendo uma educação de qualidade, com pesquisa científica e uma extensão acadêmica em diversas áreas do conhecimento. Sua criação foi marcada por um projeto inovador, alinhado com a ideia de uma universidade que fosse referência nacional e internacional.

A UnB se caracteriza por seu modelo acadêmico diferenciado, possuindo uma forte tradição em pesquisa, sendo reconhecida por seus grupos e laboratórios de excelência em diversas áreas do conhecimento, como ciências sociais, humanas, exatas, biológicas, entre outras. Ela também se destaca pelo cultivo da interdisciplinaridade, promovendo a integração entre diferentes áreas de estudo para abordar questões complexas e contemporâneas.

Além disso, a UnB tem um compromisso com a inclusão social e a diversidade, buscando promover ações e políticas que garantam a acessibilidade e a igualdade de oportunidades para todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiência. Ela se esforçou para criar um ambiente acadêmico inclusivo e plural, valorizando a diversidade cultural, étnica e socioeconômica.

Como uma das principais instituições de ensino superior do Brasil, a UnB desempenha um papel importante na formação de profissionais formados, na produção de conhecimento científico e no desenvolvimento social e econômico do país.

## 2 REFERENCIAL TEORICO

Nessa seção, apresenta-se a questão da deficiência e o direito à educação inclusiva, assim como, a definição de alguns temas indispensáveis para o entendimento da questão central da pesquisa, como a disposição em relação das PCD's na IFES analisada. Buscou-se também, a compreensão da acessibilidade e da permanência no ensino superior, englobando definições e características. Por conseguinte, apresenta-se os arcabouços normativos em relação as PCD's.

### 2.1 Políticas Públicas

A política pública teve seu início nos Estados Unidos, onde seu desenvolvimento tomou um rumo distinto do ocorrido na tradição europeia. Na Europa, o foco estava na análise teórica do Estado e de suas instituições, sem ênfase direta na criação de políticas. Já nos EUA, a política pública emergiu no ambiente acadêmico com uma abordagem mais prática, centrada na investigação das ações governamentais e não diretamente fundamentada em teorias sobre o papel do Estado (Souza, 2006).

Segundo Arretche (2000), políticas públicas são entendidas como iniciativas e programas estatais para lidar com os desafios sociais e promover o bem-estar da sociedade. A autora ressalta ainda sobre a importância da análise das políticas públicas para compreender como o Estado responde às demandas sociais e avalia os resultados dessas políticas na sociedade. Para Jannuzzi (2016, p. 14), política pública é definida como um conjunto de decisões adotadas pelas instituições estatais para resolver problemas ou alcançar objetivos coletivos que são almejados pela sociedade.

De acordo com Rua (2007), as políticas públicas derivam da atividade política e abrangem o conjunto de escolhas e medidas vinculadas à distribuição obrigatória de recursos e direcionamentos. Essa visão enfatiza a distinção entre política pública e tomada de decisão política, destacando que a política pública transcende decisões isoladas e requer de estratégias para efetivar essas decisões. Portanto, entende-se que as políticas públicas são ações ou decisões planejadas e levadas a cabo por governos e organizações públicas para abordar problemas sociais, econômicos ou políticos.

Uma política pública é definida como uma diretriz elaborada para enfrentar um problema específico e possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público (Secchi, 2012). O autor identifica duas abordagens principais no estudo das políticas públicas. A primeira é a abordagem estatista (*state centered policy-making*), que

considera as políticas públicas como monopólio de atores estatais. A segunda é a abordagem multicêntrica, que reconhece a participação de organizações privadas, não governamentais, organismos multilaterais e redes de políticas públicas, além dos atores estatais, no estabelecimento dessas políticas (Secchi, 2012). Dye (1984) resume a definição de política pública como "o que o governo escolhe fazer ou não fazer", enquanto William Jenkins (1978) define as políticas públicas como "um conjunto de decisões inter-relacionadas, tomadas por um ator ou grupo de atores políticos, que envolvem a definição de objetivos e os meios para alcançá-los" (Jenkins, 1978 apud Howlett, 2013).

Segundo Lindblom (1959), as políticas públicas emergem por meio de decisões graduais e iterativas, em vez de planejamentos abrangentes e racionais. Ele argumenta que os formuladores de políticas enfrentam limitações cognitivas e restrições de informação, o que os conduz a adotar uma abordagem de "experimentação gradual".

As políticas públicas tendem a seguir um processo que inclui a identificação de um problema ou necessidade, a formulação de soluções possíveis, a implementação de ações específicas e a avaliação dos resultados para determinar sua eficácia. Além disso, para que uma política pública seja avaliada, é necessário acompanhar sua trajetória, deslocamento entre atores institucionais e destinatários, e a destinação dessas políticas, através de sua implementação. As políticas públicas devem ser avaliadas conforme seus objetivos, ações e resultados, considerando todos os atores envolvidos e, especialmente, os contextos socioeconômicos, políticos e culturais (Gussi; Oliveira, 2016).

## **2.2 Ciclo de Políticas Públicas**

O ciclo de políticas públicas é analisado através de três dimensões principais: os atores envolvidos, as instituições e as ideias. Essas dimensões configuram as políticas públicas como subsistemas político-administrativos distintos, onde cada setor opera com um conjunto específico de atores, instituições e ideias dentro de um contexto político e econômico mais amplo (Howlett, 2013).

O modelo conhecido como "Ciclo Político" segmenta as políticas públicas em várias fases ou estágios, permitindo uma análise detalhada tanto das fases isoladas quanto de suas inter-relações. Isso proporciona uma visão abrangente sobre como atores, instituições e ideias interagem e influenciam a formulação e implementação das políticas públicas (Howlett, 2013).

De acordo com Secchi (2012), o ciclo de políticas públicas (policy cycle) é uma representação sequencial e interdependente do processo de elaboração de políticas públicas

(policy-making process), facilitando a visualização e interpretação das políticas públicas. Existem diversos esquemas para representar o ciclo de políticas públicas; entre eles, Secchi (2012) apresenta um modelo com sete fases principais: 1. Identificação do problema; 2. Formação da agenda, 3. Formulação de alternativas; 4. Tomada de decisão; 5. Implementação; 6. Avaliação e 7. Extinção. A Figura 1, a seguir, apresenta o modelo proposto pelo autor:

**Figura 1:** Ciclo de Políticas Públicas



Fonte: Secchi (2012 Capítulo III, p.33)

Conforme afirma Secchi (2012), “apesar de sua utilidade heurística, o ciclo de políticas públicas raramente reflete a real dinâmica de uma política pública” (Secchi, 2012). Por esse motivo, surgem diversos esquemas que são elaborados em busca de representar o ciclo de políticas públicas, no entanto, “as fases geralmente se apresentam misturadas, e as sequências se alternam” (Secchi, 2012).

Segundo Lasswell (1956), a estrutura do ciclo de políticas públicas é similar à proposta por Secchi (2012), dividindo-se também em sete etapas. Essas etapas são: 1. Coleta de informações; 2. Promoção de opções; 3. Prescrição de um curso de ação; 4. Implementação com sanções; 5. Aplicação da política; 6. Encerramento da política; e 7. Avaliação dos resultados (Howlett; Ramesh; Perl, 2013). A abordagem de Lasswell (1956) para a análise desse processo de formulação de políticas públicas concentra-se na tomada de decisões dentro do governo, sem levar em conta as influências externas que se manifestam sobre o Estado.

O modelo do ciclo de políticas públicas torna mais acessível a análise do complexo processo das políticas públicas ao segmentá-lo em diversas etapas e subetapas. Essa divisão

permite que cada etapa seja analisada de forma independente, o que facilita o desenvolvimento de teorias e possibilita a síntese de resultados de estudos de caso, bem como a comparação entre diferentes fases. (Howlett; Ramesh; Perl, 2013). Portanto, a prioridade não está na ordem sequencial das fases, mas na compreensão de que a política pública é composta por etapas distintas, cada uma com suas próprias características (Raeder, 2014).

### **2.3 Avaliação de Políticas Públicas**

A avaliação de políticas públicas constitui um elemento crucial na gestão e aprimoramento das ações governamentais destinadas a enfrentar desafios sociais e promover o bem-estar coletivo. Segundo Reader (2014), essa avaliação pode ocorrer em três fases distintas da implementação da política: antes, durante ou após a execução. Caso os objetivos sejam atingidos, o ciclo pode ser concluído, caso contrário, um novo ciclo se inicia, incorporando novas compreensões e informações sobre o tema. Dessa forma, a fase de avaliação é fundamental para o aprimoramento constante das políticas públicas desenvolvidas e executadas pelo governo.

A avaliação de políticas públicas é um empreendimento técnico-científico que utiliza métodos de pesquisa social para investigar a situação, os problemas e os diferentes aspectos da gestão de um programa público ao longo de seu ciclo de vida. Ela pode ser dividida em avaliação de processos ou de resultados e impactos. A avaliação de processos pode exigir o emprego de técnicas variadas de coleta de informações, amplamente utilizadas na pesquisa social. Já a avaliação de resultados e impactos pode demandar a adoção de entrevistas, pesquisas amostrais, delineamentos *quasi-experimentais* ou estudos de caso (Jannuzzi, 2022, p. 267).

Ala-Harja e Helgason (2000) afirmam que a avaliação deve ser vista como um mecanismo de aprimoramento no processo decisório, auxiliando os governantes a fundamentarem suas decisões com informações mais precisas. Jannuzzi (2022) explica que:

“Monitoramento e avaliação são processos analíticos organicamente articulados, que se complementam no tempo, com o propósito de subsidiar o gestor público de informações mais sintéticas e tempestativas sobre a operação do programa e mais analíticas sobre o funcionamento deste, levantadas nas pesquisas de avaliação.” (Jannuzzi, 2022, p.265)

Ramos e Schabbach (2012) destacam que a avaliação permite aos formuladores e gestores de políticas públicas estruturar políticas mais robustas, aproveitando melhor os recursos e alcançando resultados mais eficazes. Eles ressaltam que, por meio da avaliação, o

processo decisório é aprimorado, e os agentes passam a assumir maior responsabilidade pelas suas decisões e ações, conferindo maior credibilidade ao cenário público.

## **2.4 Acesso, Acessibilidade e Permanência de Pessoas com Deficiência no Ensino Superior**

Inicialmente, vale destacar que o termo “deficiência” abrange uma ampla gama de limitações sociais enfrentadas por pessoas que apresentam diferentes capacidades físicas (CIF, 2003). As PCD’s são “aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas” (Organização Das Nações Unidas [ONU], 2006, artigo 1º.).

Historicamente, as PCD’s foram excluídas do sistema educacional, privadas de um direito fundamental social, sendo este, à educação, que está disposto na Constituição Federal do Brasil de 1988, no Art. 6º, Capítulo II, que “São direitos fundamentais sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. (Brasil, 1988). Ademais, o conceito de educação inclusiva busca modificar essa esfera, promovendo a igualdade de oportunidades para todos os discentes, independentemente de suas deficiências.

A educação inclusiva é firmada nos princípios de equidade, diversidade e participação. Ela reconhece que cada pessoa possui habilidades, necessidades e potenciais únicos, e que todos devem ter acesso a uma educação de qualidade em um ambiente que seja inclusivo. Dessa forma, é importante que os sistemas educacionais se adaptem, para atender às necessidades dos discentes, considerando todos os percalços. “A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, [...] dentro e fora da escola” (Brasil 2007, p. 1).

Compreende-se que um dos aspectos fundamentais da educação inclusiva é a promoção da acessibilidade, e isso implica em assegurar que os espaços físicos das instituições sejam acessíveis para os discentes com deficiência, fornecendo corrimãos, rampas, banheiros e salas adaptadas para facilitar a mobilidade das PCDs. Ademais, a acessibilidade também engloba a disponibilização de materiais de estudo que sejam acessíveis, possuindo tecnologias assistivas e também a disponibilização de profissionais que podem auxiliar na participação plena desses alunos, visto que de acordo com Miranda (2006, p. 6):

“[...] enquanto os alunos com deficiência física têm como critério para sua acessibilidade a existência de espaços físicos adaptados (rampas, corrimões, trincos de porta, banheiros, bebedouros, telefones públicos, etc.), em relação à deficiência visual, a acessibilidade depende de materiais como computadores com softwares adequados, impressoras Braille, etc. No concernente a surdez o aluno deve ter direito a um intérprete em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS- por exemplo. “

A educação inclusiva também requer a adoção de práticas pedagógicas flexíveis e diversificadas, que atendam às necessidades de aprendizagem dos alunos. Isso implica em ajustar os métodos de ensino, fornece um suporte adicional, e, caso seja necessário, promover a interação entre os discentes e elevar a diversidade de perspectivas e experiências, pois conforme analisa Silva (2012, p. 15):

“[...] se não houver a introdução nos currículos de situações que apresentem uma discussão sobre as diferenças, sobre a discriminação e o preconceito, sobre as diferentes formas de experimentar a condição humana, promovendo uma modificação conceitual, a concretização da inclusão continuará sendo distanciada do cenário da educação superior, e mesmo da educação básica, pois os profissionais que lá atuam são formados nestes cursos. O conhecimento é um aliado de qualquer processo que prime pela modificação da realidade.”

Por conseguinte, pode-se dizer que a educação inclusiva não é benéfica apenas para os discentes com deficiência, mas também para a sociedade no geral. Ela promove a valorização da diversidade, a quebra de estereótipos e preconceitos, e prepara os alunos para conviver em uma sociedade harmônica e plural, que sabe conviver com as diferenças.

A política de acessibilidade na educação superior é fundamental para garantir a igualdade de oportunidades para as PCD's, visto que as IFES, ao favorecerem condições de acessibilidade, correspondem com os princípios da inclusão educacional, “[...] que implicam em assegurar não só o acesso, mas condições plenas de participação e aprendizagem a todos os estudantes” (Brasil, 2013a, p.4).

De acordo com o Decreto Federal 5.296/2004, que regulamenta normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade, estando definindo-a em seu artigo 8º, inciso I, como [...] condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (Brasil, 2004).

As políticas de acessibilidade devem ser implementadas em conformidade com leis e regulamentos locais que garantem os direitos das PCDs, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) da Organização das Nações Unidas (ONU) e legislações nacionais, além disso, compreende-se ainda que desde os anos 1990, “os direitos sociais e

educacionais das PCD's têm figurado nos debates nacionais e internacionais” (Pletsch e Leite 2017, p.88).

É fundamental que as universidades sejam espaços acolhedores e inclusivos, onde as PCD's possam estudar, se envolver em atividades acadêmicas e ter acesso a todas as oportunidades oferecidas. Portanto, de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), que trata da integração da Educação Especial em diversas áreas e indica que suas iniciativas no ensino superior devem garantir que os estudantes tenham acesso, permanência e participem ativamente, tendo em vista à “[...] organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos” (Brasil, 2008).

A educação inclusiva não apenas beneficia os estudantes com deficiência, mas também enriquece a experiência educacional de todos os discentes, promovendo a diversidade e a compreensão mútua. De acordo com Santos (2001, p. 22) “A igualdade só existe quando há possibilidade de se compararem às coisas”.

Ademais, Rocha e Miranda (2009, p.209) destacam a importância de conscientizar e sensibilizar a equipe das unidades acadêmicas para promover uma interação mais eficaz entre os estudantes com deficiência e a comunidade acadêmica. Eles também sugerem o estabelecimento de um laboratório de suporte pedagógico, com recursos tecnológicos e equipe especializada, destinada a desenvolver soluções tecnológicas e pedagógicas. Nesse sentido, é crucial que as IFES realizem iniciativas institucionais que assegurem a participação das pessoas com deficiência na vida acadêmica. Isso envolve a remoção de barreiras pedagógicas, arquitetônicas, atitudinais, comunicacionais e informacionais, garantindo a conformidade com os requisitos legais de acessibilidade. Essas ações devem ser fundamentadas nos seguintes pilares: infraestrutura, currículo, comunicação e informação, bem como nos programas de extensão e de pesquisa. (Brasil, 2013b).

O arcabouço normativo e as políticas públicas para PCD's variam de acordo com cada país. No entanto, existem convenções internacionais, leis e diretrizes que são amplamente adotadas e promovem os direitos e a inclusão das PCD's em diferentes aspectos da vida.

A Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, é destinada ao acesso das PCD's ao ingresso à uma IFES. Alunos com deficiência que estudaram em escolas públicas durante o ensino médio passam a ter acesso a uma porcentagem reservada de vagas em universidades e cursos técnicos de nível médio em instituições federais. Essa alteração foi sancionada pelo Ex-Presidente da República, Michel Temer. Em relação à acessibilidade e permanência estão

dispostas as seguridades para as PCD's na Resolução do Conselho de Administração nº 0050/2019, que tem como objetivo garantir a acessibilidade e permanência das PCD's, e de alunos que possuem altas habilidades, superdotação e transtornos funcionais específicos, que institui a Política de Acessibilidade da IFES em análise.

Existem muitas outras normas, leis e decretos sobre o assunto, sendo estes imprescindíveis para assegurar os mais variados direitos que as PCD's possuem, uma delas aborda um ponto importante, sobre o dever das universidades, onde está disposto que:

“Cabe as universidades desempenhar um importante papel consultivo na elaboração de serviços educativos especiais, principalmente com relação à pesquisa, à avaliação, à preparação de formadores de professores e à elaboração de programas e materiais pedagógicos” (Brasil, 1994a, p. 37- 38).

Por fim, é importante abordar também o capítulo III da Constituição Federal da República de 1988, que é intitulada como “Da Educação, da Cultura e do Desporto” onde na Seção I, Art. 205 a 207 abordam fatores muito importantes para a discursão, como:

“Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para a permanência na escola; VII – garantia de padrão de qualidade;

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” (Brasil, 1988).

A integração dos princípios estabelecidos na Constituição Federal e em outras legislações com as práticas educacionais demonstra um compromisso contínuo com a inclusão e a equidade no sistema educacional brasileiro. Nesse contexto, Dorsa (2019, p. 1) afirma que as universidades devem ser vistas como espaços onde o conhecimento é gerado, compartilhado e expandido. Elas são centros que aglutinam e multiplicam saberes e, para desempenharem essa função de maneira eficaz, precisam adotar práticas educativas inovadoras e eficientes. Além de promover o avanço tecnológico, as instituições de ensino superior devem se dedicar a encontrar soluções para desafios sociais, assegurando que seu impacto vá além do âmbito acadêmico e contribua para a melhoria das condições de vida na sociedade.

Portanto, as universidades e instituições federais devem não apenas cumprir as normativas legais, mas também adotar uma postura proativa na criação de ambientes que promovam a inclusão efetiva. Isso exige a revisão e adaptação contínua das infraestruturas, currículos e metodologias pedagógicas para atender às necessidades diversificadas dos alunos,

conforme descrito na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2007).

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS**

Nesta seção, são delineados os métodos e as técnicas utilizadas para alcançar os objetivos dispostos na pesquisa. Inicialmente, aborda-se o tipo de pesquisa, expondo a abordagem e a natureza desse estudo. Ademais, realiza-se um detalhamento de todos os procedimentos metodológicos utilizados, oferecendo uma breve explicação dos conceitos dispostos. Na sequência, dispõe-se a realização da análise de dados.

#### **3.1 Método Científico e Tipo de Pesquisa**

A presente pesquisa adota abordagens qualitativas e quantitativas, podendo ser denominada dessa maneira, como uma pesquisa de métodos mistos. Na fase quantitativa foi realizada um levantamento por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI) para obter dados em relação ao número de discentes ingressantes com alguma deficiência nos cursos da Instituição Federal de Ensino Superior, nos anos de 2019 à 2021. Na fase qualitativa, foram realizadas entrevistas com os discentes e com o gestor da Diretoria de Acessibilidade da instituição.

De acordo com Creswell (2010), a conjunção dos dados quantitativos e qualitativos, possibilita que o pesquisador tenha uma percepção mais apurada da sua pesquisa. Esse método é utilizado tendo em vista que o objetivo geral do estudo é verificar como é a execução de políticas de acesso, acessibilidade e permanência de alunos com deficiência dentro da IFES, investigando, para tanto, a efetividade dessas políticas, levando em consideração o ponto de vista dos próprios estudantes e da gestão do núcleo de acessibilidade da IFES em estudo.

Esta pesquisa é de natureza exploratória, uma vez que foi necessário investigar e descrever os componentes da estrutura organizacional, analisar as políticas institucionais e compreender as percepções dos estudantes com deficiência sobre o acesso, acessibilidade e permanência dos discentes dentro da IFES. Conforme Creswell (2010, p. 44), “a pesquisa qualitativa é exploratória e conveniente quando o pesquisador não conhece as variáveis importantes a serem examinadas”. Além disso, trata-se de uma pesquisa descritiva, cujo objetivo é relatar as experiências dos estudantes com deficiência da graduação, compreendendo suas realidades para, a partir disso, propor melhorias.

A estratégia de investigação adotada é o estudo de caso. Segundo Creswell (2014, p. 86), essa abordagem consiste em explorar um sistema específico da vida real (um caso) ou múltiplos sistemas delimitados (casos) ao longo do tempo, por meio de uma coleta de dados

aprofundada e baseada em diversas fontes de informação. Desta maneira o presente estudo utilizou técnicas de coleta de dados, as quais foram: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas. O Quadro 1, a seguir, resume as estratégias adotadas neste estudo.

**Quadro 1:** Metodologia de Pesquisa

<b>METODOLOGIA</b>			
<b>Abordagem</b>	Quantitativa e Qualitativa – Método Misto		
<b>Estratégia</b>	Estudo de caso		
<b>Natureza</b>	Exploratória e descritiva		
<b>Técnica da pesquisa</b>	Bibliográfica	Pesquisa documental	Entrevistas estruturadas e semiestruturadas
<b>Instrumentos</b>	Pesquisas em bases de dados e bibliotecas	Documentos escritos, internos e externos à IFES	Roteiro de entrevista
<b>Fonte de dados</b>	Secundário	Secundário	Primário
<b>Levantamento e coleta de dados</b>	Bases de dados e bibliotecas	Arquivos disponibilizados pela IFES e pesquisas na internet	Agendamento e aplicação do roteiro de forma individual
<b>Tipo de material</b>	Artigos, dissertações, teses e livros	Relatórios de gestão, manuais, leis, instruções normativas, atos	Transcrição das entrevistas
<b>Registro de dados</b>	Planilhas, resumos e marcações	Análise, triagem e escolha dos pontos selecionados	Anotações e gravação

Fonte: Miranda (2021), adaptado pela autora (2024).

### 3.2 Características da Organização

A Universidade de Brasília, fundada em 1962, é uma instituição federal de nível superior localizada no centro-oeste, na capital do Brasil. Destaca-se pela excelência acadêmica e pela infraestrutura moderna, projetada por Oscar Niemeyer. A UnB oferece uma ampla gama de cursos e é conhecida por seu compromisso com a pesquisa e a extensão, integrando-se

ativamente com a comunidade e contribuindo para o desenvolvimento social e científico do país.

A UnB começou a se dedicar às necessidades das PCD's dentro de sua estrutura acadêmica após observar uma demanda significativa por parte dos estudantes. Essa demanda foi atendida com base na “Resolução CEG nº 04/1988”, estabelecida em 1980 por meio de uma comissão designada para esse propósito específico.

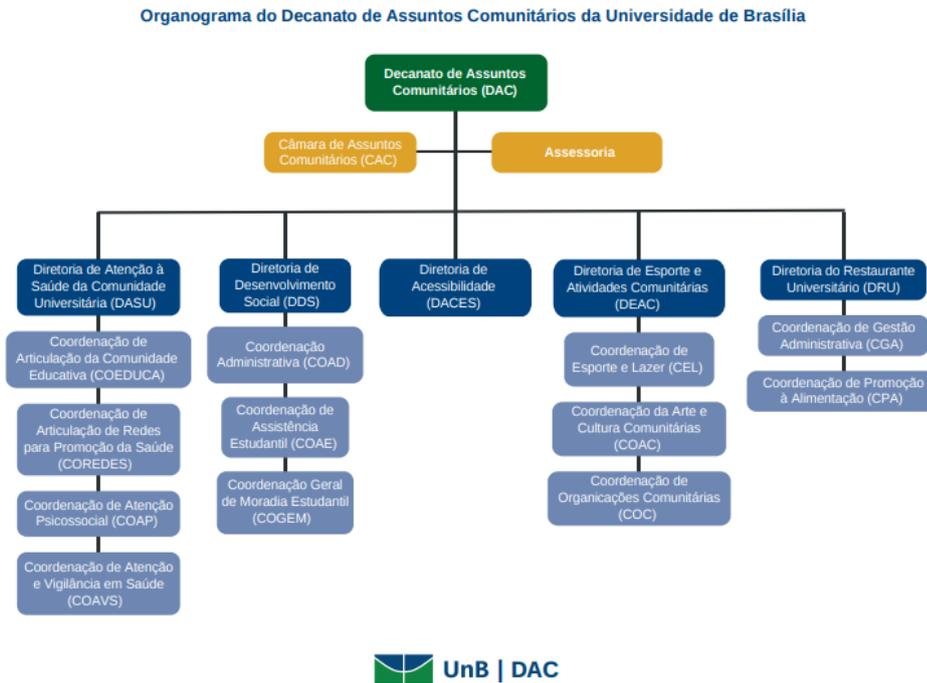
No decorrer do ano de 1990, o primeiro departamento específico para atender e auxiliar os discentes deficientes dentro da UnB foi criado, denominado como Comissão de Estudos sobre a questão do Portador de Necessidades Especiais (Resolução DEG nº 002/1994).

O Programa de Apoio ao Portador de Necessidades Especiais (PPNE), criado em 1999, foi vinculado a UnB após algumas discussões em relação ao acesso e permanência das PCD's. Em 2017, o PPNE tornou-se a Coordenação de Apoio às Pessoas com Deficiência, ligada a Diretoria de Assuntos Comunitários (DAC). Em julho de 2020, por meio do Ato da Reitoria nº 0845/2020, a estrutura organizacional do DAC é atualizada e a Diretoria de Acessibilidade (DACES) é originada.

O estudo foi realizado na DAC, mais especificamente em uma de suas diretorias: a Diretoria de Acessibilidade (DACES), que atua como núcleo de acessibilidade da UnB. O Decreto 7.611/2011 especifica a criação desses núcleos que atuam em relação à educação especial dentro das IFES, disposto no Art. 5º [...] § 5º, onde é exposto que “Os núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência”.

A UnB, juntamente com a DACES e a DAC tem como objetivo “promover as condições de acessibilidade e a construção de um ambiente de trabalho e estudo inclusivo, respeitoso, solidário e colaborativo” isso de acordo com o Projeto Político-Pedagógico Institucional de 2018. Ademais, a DACES e a DAC buscam garantir a inclusão, acessibilidade e auxiliar na permanência dos estudantes com deficiência, bem como, aqueles que possuem transtornos do espectro autista, altas habilidades/superdotação ou transtornos funcionais específicos. A seguir apresento o Organograma do Decanato de Assuntos Comunitários da Universidade de Brasília na Figura 2.

**Figura 2** - Organograma do Decanato de Assuntos Comunitários



Fonte: Site eletrônico da Universidade de Brasília<sup>1</sup>

### 3.3 Participantes do Estudo

A presente pesquisa foi conduzida com o objetivo de analisar a execução da política de acesso, acessibilidade e permanência de alunos com deficiência em uma Instituição Federal de Ensino Superior. Para isso, foram selecionados participantes que atendiam aos critérios estabelecidos e que poderiam fornecer informações relevantes para o estudo.

Conforme Creswell (2010), os participantes devem ser escolhidos de forma intencional, priorizando aqueles que estão diretamente envolvidos com o fenômeno em estudo e que possam contribuir significativamente para a compreensão do problema de pesquisa. Assim, os participantes foram selecionados com base em suas deficiências, experiências e no nível de informações que poderiam fornecer. A amostra final consistiu em cinco indivíduos: dois homens e três mulheres, matriculados nos cursos de Nutrição, Direito, Gestão de Políticas Públicas, Medicina e Educação Física. Esses discentes possuem as seguintes deficiências: física, visual e auditiva. Além disso, a pesquisa incluiu uma entrevista com o gestor da diretoria

<sup>1</sup> Site da UnB: <https://dac.unb.br/o-decanato/organograma>. Acesso em: 19 de agosto de 2024

de acessibilidade da IFES. O Quadro 2, apresentado a seguir, proporciona uma melhor visualização.

**Quadro 2** – Relação dos entrevistados

Entrevistado	Gênero	Curso	Deficiência
1	Feminino	Gestão de Políticas Públicas	Física
2	Feminino	Direito	Visual
3	Masculino	Medicina	Auditiva
4	Masculino	Educação Física	Física
5	Feminino	Nutrição	Física

Fonte: Autoria própria (2024)

Por conseguinte, compreende-se que cada participante foi informado sobre os objetivos da pesquisa e sobre a natureza das atividades que iriam realizar. Para garantir a confidencialidade e o anonimato, todos os participantes assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido, assegurando que suas respostas seriam utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos.

A diversidade do grupo de participantes foi um fator importante para assegurar que a pesquisa abranja diferentes perspectivas sobre as políticas de acesso, acessibilidade e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior.

É importante destacar que, apesar dos esforços para selecionar uma amostra representativa, algumas limitações devem ser consideradas. Essas limitações estão relacionadas ao tamanho da amostra, acredita-se que, com mais tempo, seria possível ampliar o número de entrevistas, o que poderia influenciar os resultados e a generalização das conclusões.

### **3.4 Caracterização dos Instrumentos de Pesquisa**

Compreende-se que a escolha das técnicas e procedimentos para realização da coleta de dados está “diretamente relacionada com o problema a ser estudado. A escolha dependerá dos vários fatores relacionados com a pesquisa” (Marconi & Lakatos, 2018, p. 18). Portanto, toda a pesquisa foi desempenhada para cumprir com os objetivos dispostos na “seção 1.2”. Por conseguinte, compreende-se que foi realizada uma observação participante, e também foram selecionadas as seguintes técnicas para coleta de dados: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, entrevistas estruturadas e semiestruturadas com o gestor da DACES e com

estudantes que possuem deficiência dentro da IFES. Por fim, para elaboração da análise de dados foi utilizada a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2010).

#### 3.4.1 Pesquisa bibliográfica

De acordo com Marconi e Lakatos (2018, p. 63), a pesquisa bibliográfica não se limita à repetição do que já foi escrito sobre um determinado tema, ela permite uma análise do assunto sob novas perspectivas ou abordagens, possibilitando a formulação de conclusões inovadoras. Nesse sentido, o presente estudo fundamentou-se em dados qualitativos secundários, consistindo na revisão da literatura existente sobre o tema. A revisão bibliográfica desempenhou um papel essencial na construção do referencial teórico, fornecendo uma base sólida para a compreensão das dinâmicas que envolvem o acesso, a acessibilidade e a permanência de estudantes com deficiência no ambiente universitário. Foram consultados teses, artigos científicos, dissertações e outros documento relevantes que tratam das questões de acesso, acessibilidade e permanência dos estudantes com deficiência no ambiente universitário.

#### 3.4.2 Pesquisa documental

Creswell (2010) destaca que os documentos oferecem registros escritos que poupam tempo e recursos ao pesquisador para evitar a necessidade de transcrição, ao mesmo tempo em que obtêm acesso a informações que foram compiladas e refinadas, representando dados sólidos. Neste estudo, foram considerados documentos tanto internos quanto externos, incluindo legislações, regulamentações, diretrizes da Reitoria da IFES, decretos, site da instituição, bem como, processo da Lei de Acesso à Informação (LAI), para conseguir acesso aos dados quantitativos em relação a quantidade de PCD's dentro da IFES, compreendendo o curso e o tipo de deficiência de cada aluno. Ademais, de acordo com Marconi e Lakatos (2018, p. 53), “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”.

#### 3.4.3 Entrevistas

A princípio, para examinar e aprofundar a temática de acesso, acessibilidade e permanência dos estudantes de graduação da IFES, foi necessário realizar entrevistas estruturadas e semiestruturadas com os discentes e o gestor do núcleo de acessibilidade da

instituição. De acordo com Marconi e Lakatos (2018), a entrevista é um método utilizado quando o pesquisador precisa conduzir uma análise social, seja para reunir informações, seja para auxiliar na identificação ou resolução de uma questão latente na sociedade.

Os agendamentos das entrevistas foram realizados tanto via WhatsApp quanto presencialmente. Para conduzi-las, foram utilizadas as plataformas Microsoft Teams e WhatsApp, adaptando-se assim às necessidades individuais de cada estudante, levando em consideração suas deficiências e quaisquer barreiras que pudessem interferir. Além disso, parte das entrevistas foi realizada presencialmente e registrada no smartphone da pesquisadora.

As entrevistas com o gestor e com os estudantes com deficiência da instituição foram preparadas para atender às questões relacionadas a cada objetivo deste estudo. Para os discentes, foram formuladas cinco (5) perguntas sobre o acesso, sete (7) perguntas sobre acessibilidade e seis (6) perguntas sobre permanência. Já a entrevista com o gestor do núcleo de acessibilidade contou com doze (12) perguntas, abrangendo as questões de acesso, acessibilidade, permanência, além de outras relacionadas à diretoria, as quais podem ser verificadas nos “Apêndices” ao final do documento.

Todas as entrevistas foram gravadas com o consentimento dos entrevistados. Para manter a confidencialidade dos participantes, eles foram identificados neste trabalho como "Entrevistado 1", "Entrevistado 2", "Entrevistado 3", e assim por diante.

### **3.5 Análise de Dados**

Este estudo realizou a coleta de informações por meio de um estudo de caso, empregando a técnica de observação participante. É relevante destacar que a observação participante envolve diversas etapas e, conforme Angrosino (2009), pode ser compreendida da seguinte maneira:

O pesquisador faz observações durante breves períodos, possivelmente visando a estabelecer o contexto para entrevistas ou outros tipos de pesquisa. O pesquisador é conhecido e reconhecido, mas relaciona-se com os sujeitos da pesquisa apenas como pesquisador (Angrosino 2009, pág. 75)

Para realizar uma melhor análise e compreensão dos dados, optou-se por empregar a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011) para examinar os dados e informações encontradas na pesquisa documental, assim como nas entrevistas estruturadas e semiestruturadas. Essa escolha se deu pelo fato de que a análise de conteúdo permite uma interpretação profunda e sistemática das informações, facilitando a identificação de padrões e

temas emergentes que poderiam passar despercebidos em uma análise superficial. De acordo com a referida autora, a análise de conteúdo constitui-se como:

[..] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2011, p. 47).

Seguindo essa abordagem, a análise de conteúdo foi conduzida de acordo com as três etapas descritas por Bardin (2011): pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. No caso da pesquisa documental, a análise, iniciou-se com uma fase de pré-análise, que envolveu uma leitura minuciosa dos documentos disponíveis. Essa etapa permitiu a organização e a estruturação dos materiais, com a finalidade de identificar e classificar os documentos relevantes para o estudo. Os documentos incluíam o arcabouço legal, bem como as políticas internas e externas relacionadas ao acesso, à acessibilidade e à permanência de pessoas com deficiência no ensino superior. A análise inicial visou entender o contexto e a relevância dos documentos, possibilitando a seleção criteriosa do material mais pertinente para a pesquisa.

Após a pré-análise, foi realizada a identificação e organização dos documentos selecionados. Nessa fase, os documentos foram classificados e agrupados conforme temas e categorias relevantes, facilitando uma análise mais sistemática. Esta organização foi essencial para preparar o material para a etapa seguinte da análise.

Os dados primários foram coletados através de entrevistas estruturadas e semiestruturadas, realizadas presencialmente, via Teams e WhatsApp. Embora o plano inicial fosse realizar todas as entrevistas presencialmente, a necessidade de adaptação surgiu devido às limitações enfrentadas pelos participantes, como questões de disponibilidade e acesso. Assim, algumas entrevistas foram conduzidas remotamente para assegurar a participação de todos os envolvidos. As entrevistas foram gravadas e analisadas com base em recortes dos materiais, focando principalmente nas ideias e conteúdos transmitidos pelos participantes. Este enfoque permitiu uma análise mais detalhada das percepções e experiências relatadas, ao invés de se concentrar na forma de expressão verbal.

## 4 RESULTADOS

Esta seção empenha-se em analisar as informações e os resultados obtidos a partir da pesquisa documental e das entrevistas estruturadas e semiestruturadas feita com o gestor da DACES e com os discentes da IFES, confrontando-os com a literatura científica. Compreende-se que isso é elaborado tendo como objetivo mostrar os resultados obtidos até o momento em relação à pesquisa.

A partir disso, é importante ressaltar, que foi mantida a fala literal feita pelos entrevistados, de forma a conservar o máximo possível as informações. Desse modo, nos enunciados citados dos estudantes, não foi realizada qualquer intervenção na escrita, nem mesmo como forma de correção ortográfica.

### 4.1 Descrição do núcleo de acessibilidade de uma IFES do Centro-Oeste

Entende-se que a DACES anteriormente era o PPNE, programa este que foi instituído em 1999 e que estava vinculado à vice-reitoria. Logo, o PPNE foi transferido para a DAC e em 2020 foi criada a diretoria de acessibilidade, mais conhecida como DACES. A mesma iniciou sua diretoria em 2020 com onze servidores, distribuídos entre Direção, equipe técnica e equipe administrativa, atualmente é composta por dezessete servidores, sendo distribuídos entre Direção, equipe técnica, guias-intérpretes de Língua Brasileira de Sinais, intérprete de libras, equipe administrativa e equipe de apoio.

De acordo com os termos do art. 3º da Resolução do Conselho De Administração Nº 50/2019, que institui a Política de Acessibilidade da UnB, o público que pode usufruir das ações da DACES é formado por discentes de graduação e pós graduação, docentes e técnicos que possuem: Deficiência Visual (cegueira, baixa visão, visão monoculares), Deficiência Auditiva, Surdez, Surdo-cegueira, Deficiência Física, Deficiência Intelectual, Deficiência Múltipla, Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Pessoas com altas habilidades/superdotação, Pessoas com transtornos Funcionais Específicos (TFE), Dislexia, Disortografia, Disgrafia, Discalculia, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). O discente que quiser e tiver a necessidade de ser atendido pela DACES, deve cadastrar-se pelo Sistema Integrado de Gestão das Atividades Acadêmicas (SIGAA), e no momento que o estudante tiver o cadastro validado, já pode contar com benefícios como o desempate de matrícula, que começam a valer de forma automática. Os estudantes cadastrados

junto à DACES podem solicitar também o apoio de um tutor para acessibilidade do Programa de Tutoria para Acessibilidade.

O gestor da DACES, informou em relação aos principais princípios e valores da organização que:

“Nós trabalhamos fundamentados no princípio da equidade, da igualdade, do respeito às diferenças e também da educação inclusiva, que eu diria que é o princípio pedagógico, que orienta todo o nosso trabalho. Então o nosso objetivo quanto a Diretoria de Acessibilidade, é atuar na implementação do monitoramento e na avaliação da política de acessibilidade da IFES” (Gestor)

Essa política de acessibilidade foi instituída pelo Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE) em 2019, para atuar então como núcleo de acessibilidade nos termos do Ministério da Educação, acordado com o Decreto 7.611/2011. Segundo o referido documento, no art. 5º, § 5º, prevê-se que “os núcleos de acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência” (BRASIL, 2011). Portanto a DACES atua como um desses núcleos de acessibilidade, tendo de acordo com o gestor, o objetivo de “[...] eliminar as barreiras que impedem a participação e aprendizagem dos estudantes que tem deficiência [...]”.

#### **4.2 Políticas de acesso, acessibilidade e permanência dos alunos com deficiência**

A princípio, para cumprir com o primeiro objetivo específico e identificar quais são as políticas de acesso, acessibilidade e permanência dos alunos com deficiência, compreende-se que assegurar as políticas de acesso, acessibilidade e permanência dos alunos com deficiência em uma IFES é mais do que uma obrigação, é uma expressão essencial da igualdade de oportunidades e inclusão. Com isso, à medida que se reconhece que o Ensino Superior é viabilizado no país através de um processo seletivo adaptado às particularidades dos candidatos. Diante dessa realidade, foi baixada a Portaria nº 1.679/1999 (Brasil, 1999), a qual “Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições”.

O Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, trata da educação especial e do suporte educacional especializado, reafirmando o compromisso com um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, promovendo a igualdade de oportunidades e proibindo qualquer forma de discriminação.

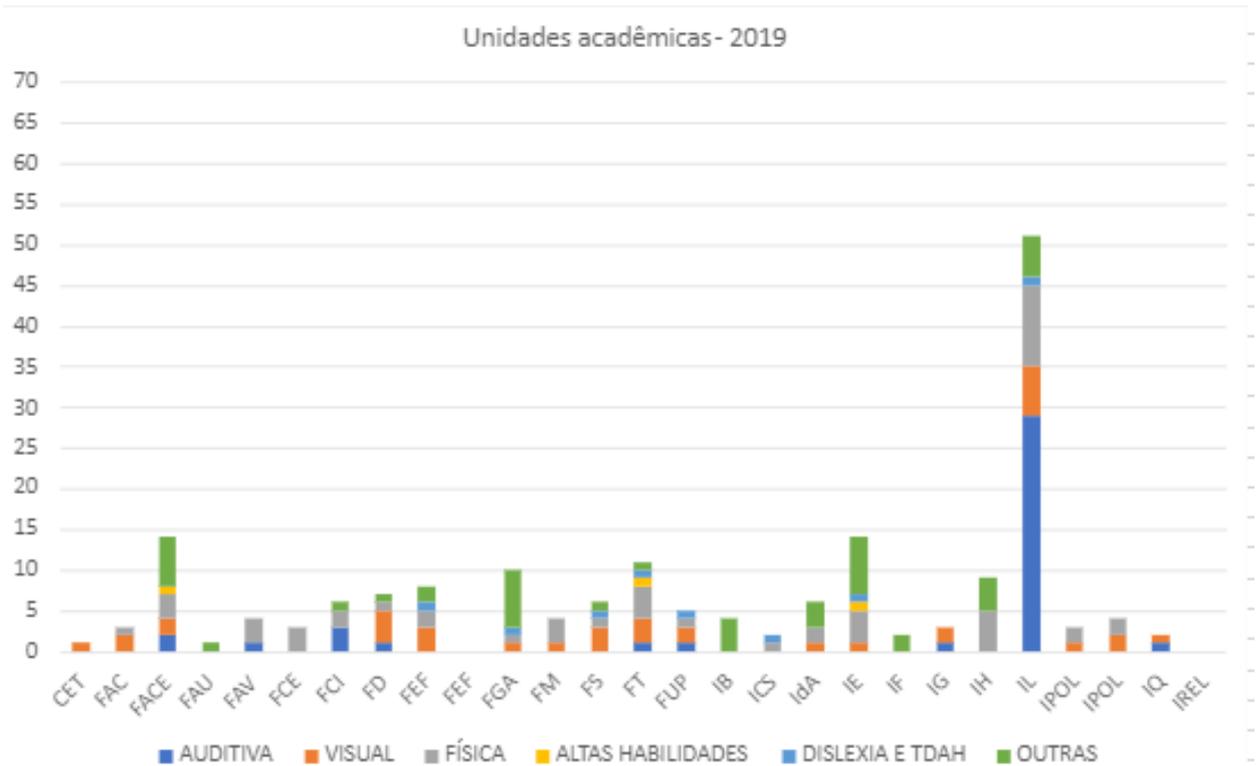
Todas as medidas destinadas a permanência dos estudantes no Ensino Superior estão regulamentadas pelo Decreto nº 3.298/1999. Este decreto reitera a importância de fornecer apoio adaptado às necessidades individuais dos alunos com deficiência, incluindo ajustes nas avaliações e a concessão de tempo adicional para realizá-las. Além disso, ressalta a integração de conteúdos relacionados à deficiência nos currículos, algo que já havia sido mencionado na Portaria nº 1.793/1994.

A Lei nº 13.409, promulgada em 28 de dezembro de 2016, estabelece a reserva de vagas em instituições federais de ensino superior e técnico para estudantes que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas e que sejam PCD's. Essa legislação visa promover a inclusão desses estudantes, garantindo-lhes oportunidades de acesso ao ensino superior e técnico em IFES, ampliando suas possibilidades de formação educacional e profissional. Essa medida visa assegurar uma maior igualdade de oportunidades para indivíduos com deficiência que frequentaram o ensino público durante o ensino médio.

#### **4.3 Quantitativo de alunos ingressantes e o tipo de deficiência no período de 2019 a 2021 na IFES em estudo**

Neste item, buscou-se identificar o quantitativo de alunos ingressantes e o tipo de deficiência no período de 2019 a 2021 na IFES em estudo, aqui essas informações serão identificadas e apresentadas com o auxílio de três (3) gráficos e três (3) tabelas, desenvolvidos de acordo com as informações dispostas pelos processos pedidos na Lei de Acesso à Informação (LAI).

No Gráfico 1, disposto abaixo, será apresentado o quantitativo de pessoas com deficiência que ingressaram nos cursos da IFES analisada, o gráfico representa o ano de 2019, sendo dividido por unidade acadêmica e deficiência.

**Gráfico 1** - Unidades acadêmicas (2019)

Fonte: Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional – DPO

Observa-se a partir do Gráfico 1, referente ao ano de 2019, que a distribuição dos estudantes ingressantes com deficiência (PCD) nas diferentes unidades acadêmicas da IFES apresenta variações significativas. O Instituto de Letras (IL) destaca-se como a unidade acadêmica com o maior número de ingressantes de PCD, com uma predominância notável de alunos com deficiência auditiva. Esse padrão pode refletir a eficácia dos programas de acessibilidade e apoio específicos para deficiências auditivas oferecidos pelo IL, bem como a maior atratividade de seus cursos para esse grupo de alunos.

Em seguida, a Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia e Gestão de Políticas Públicas (FACE) mostra uma composição diversificada de deficiências entre seus discentes ingressantes. A maior parte dos alunos nesta faculdade possui deficiências classificadas como “outras”. Essa diversidade pode indicar a capacidade da FACE de atender a uma ampla gama de necessidades educacionais ou, alternativamente, pode ser um contexto de deficiência que não exige um esforço intensivo de adaptação.

O Instituto de Educação (IE) ocupa o terceiro lugar em termos de número total de estudantes com algum tipo de deficiência, com a maior porcentagem de ingressantes pertencendo à classificação de “outras” deficiências. Isso sugere que, embora o IE não tenha o

maior número absoluto de ingressantes com deficiência, ele ainda desempenha um papel significativo na inclusão de alunos com uma variedade de necessidades especiais. A predominância de “outras” deficiências entre os ingressantes do IE pode refletir a oferta de cursos e programas que atraem e suportam alunos com condições diversas e complexas. Analisando esses dados, é possível observar como diferentes unidades acadêmicas da IFES atraem e suportam alunos com necessidades específicas.

Na Tabela 1, apresenta-se o quantitativo e o tipo de deficiência dos discentes que ingressaram na IFES no ano de 2019, oferecendo uma visão detalhada das características dos alunos com deficiência na instituição.

**Tabela 1** - Quantitativo de discentes ingressantes que possuem deficiência nos cursos da IFES no ano de 2019

2019				
UNIDADE ACADÊMICA	AUDITIVA	VISUAL	FÍSICA	OUTRAS
CET	0	1	0	0
FAC	0	2	1	0
FACE	2	2	3	7
FAU	0	0	0	1
FAV	1	0	3	0
FCE	0	0	3	0
FCI	3	0	2	1
FD	1	4	1	1
FE	0	3	2	3
FEF	0	0	0	0
FGA	0	1	1	8
FM	0	1	3	0
FS	0	3	1	2
FT	1	3	4	3
FUP	1	2	1	1
IB	0	0	0	4
ICS	0	0	1	1
IDA	0	1	2	3
IE	0	1	4	9
IF	0	0	0	2
IG	1	2	0	0
IH	0	0	5	4
IL	29	6	10	6
IPOL	0	3	4	0
IQ	1	1	0	0

IREL	0	0	0	0
	80	72	102	112
<b>TOTAL</b>	<b>366</b>			

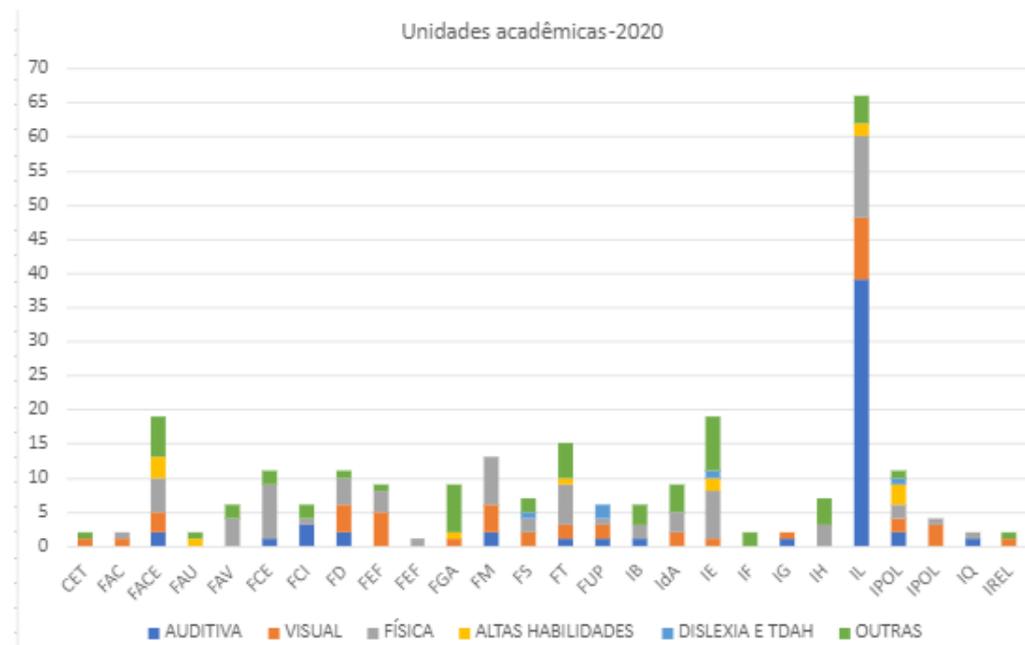
Fonte: Informações fornecidas pela Lei de Acesso à Informação (LAI)

De acordo com a Tabela 1, observamos que, no ano de 2019, a IFES registrou um total de 366 pessoas com deficiência (PCD) ingressantes. Entre esses alunos, 80 apresentavam deficiência auditiva, 72 tinham deficiência visual, 102 possuíam deficiência física, e 112 foram classificados como tendo outras deficiências e/ou transtornos.

Dentro da categoria de “outras deficiências e/ou transtornos”, estão incluídas uma variedade de condições que abrangem desde altas habilidades e superdotação, até transtornos do desenvolvimento e múltiplas deficiências. Especificamente, essa categoria inclui alunos com dislexia, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH), autismo, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância e deficiência múltipla, que é a combinação de duas ou mais deficiências associadas.

A diversidade dentro desta última categoria destaca a complexidade das necessidades educacionais enfrentadas pelos alunos e a importância de estratégias de apoio personalizadas. A presença significativa de alunos com essas condições indica a necessidade de abordagens educacionais flexíveis e adaptadas para garantir que todos os estudantes possam alcançar seu pleno potencial acadêmico e pessoal.

No Gráfico 2, que se encontra abaixo, será apresentado o número de pessoas com deficiência que ingressaram nos cursos da IFES no ano de 2020. O gráfico será dividido por unidade acadêmica e tipo de deficiência.

**Gráfico 2** - Unidades acadêmicas (2020)

Fonte: Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional – DPO

Observa-se a partir do Gráfico 2, referente ao ano de 2020, que os estudantes ingressantes estão distribuídos entre as unidades acadêmicas da IFES. Consta-se que o Instituto de Letras (IL), em comparação com o ano de 2019, continua sendo o instituto com o maior número de pessoas com deficiência ingressantes, com a maioria dos discentes apresentando deficiência auditiva. Em seguida, destacam-se a Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia e Gestão de Políticas Públicas (FACE) e o Instituto de Educação (IE), ambas com a maior porcentagem de ingressantes na categoria de “outras” deficiências.

Neste ano, observa-se um aumento no número de discentes ingressantes na Faculdade de Tecnologia (FT) e na Faculdade de Medicina (FM), com a maioria dos novos alunos em ambas as faculdades apresentando deficiência física. Além disso, a Faculdade de Educação Física teve a menor taxa de ingressantes entre as faculdades. Embora o número total de discentes com deficiência na instituição seja pequeno, a porcentagem de ingressantes sugere que esses estudantes são predominantemente aqueles com deficiência física. Em 2019, essa também era a faculdade com o menor número de ingressantes.

Na Tabela 2, apresenta-se o quantitativo e o tipo de deficiência dos discentes que ingressaram na IFES no ano de 2020.

**Tabela 2** - Quantitativo de discentes ingressantes que possuem deficiência nos cursos da IFES no ano de 2020

<b>2020</b>				
<b>UNIDADE ACADÊMICA</b>	<b>AUDITIVA</b>	<b>VISUAL</b>	<b>FÍSICA</b>	<b>OUTRAS</b>
CET	0	1	0	1
FAC	0	1	1	0
FACE	2	3	5	9
FAU	0	0	0	2
FAV	0	0	4	2
FCE	1	0	8	2
FCI	3	0	1	2
FD	2	4	4	1
FE	0	5	3	1
FEF	0	0	1	0
FGA	0	1	0	8
FM	2	4	7	0
FS	0	2	2	3
FT	1	2	6	6
FUP	1	2	1	2
IB	1	0	2	3
IDA	0	2	3	4
IE	0	1	7	11
IF	0	0	0	2
IG	1	1	0	0
IH	0	0	3	4
IL	39	9	12	5
IPOL	2	5	3	0
IQ	1	0	1	1
IREL	0	1	0	3
<b>TOTAL</b>	<b>122</b>	<b>88</b>	<b>150</b>	<b>152</b>

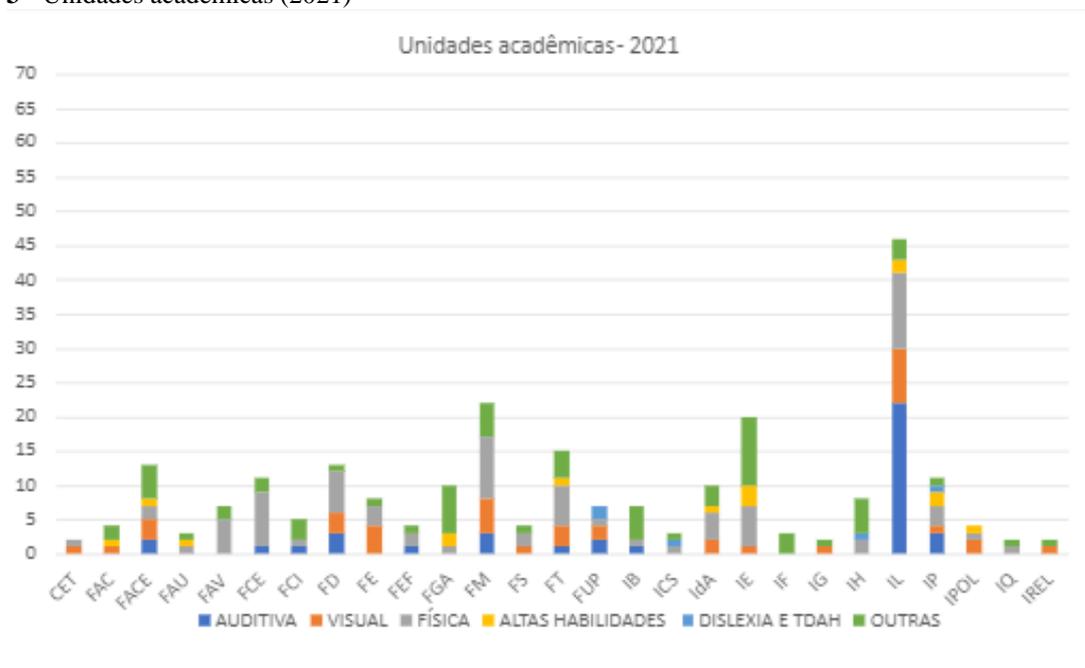
Fonte: Informações fornecidas pela Lei de Acesso à Informação (LAI)

De acordo com a Tabela 2, em 2020, a IFES registrou um total de 512 pessoas com deficiência (PCD) ingressantes. Dentre essas, 112 apresentaram deficiência auditiva, 88 possuem deficiência visual, 150 são discentes com deficiência física, e 152 foram classificadas como possuidoras de outros tipos de deficiência. Observa-se que a deficiência física foi a mais prevalente, com um total de 150 estudantes, enquanto a deficiência visual apresentou o menor número de ingressantes.

Esse padrão de prevalência pode refletir diversas questões, incluindo a acessibilidade e o suporte oferecido pelas diferentes unidades acadêmicas da IFES para alunos com deficiência física, que pode ser mais ajustado às suas necessidades específicas. Por outro lado, o menor número de discentes com deficiência visual pode indicar a necessidade de estratégias mais eficazes para atrair e apoiar esses alunos.

No Gráfico 3, disposto abaixo, será apresentado o quantitativo de pessoas com deficiência que ingressaram nos cursos da IFES analisada, o gráfico representa o ano de 2021, sendo dividido por unidade acadêmica e deficiência.

**Gráfico 3** - Unidades acadêmicas (2021)



Fonte: Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional – DPO

Observa-se a partir do Gráfico 3, referente ao ano de 2021, que a distribuição dos estudantes com deficiência (PCD) ingressantes nas diferentes unidades acadêmicas da IFES apresenta algumas mudanças em comparação com os anos anteriores. O Instituto de Letras (IL) continua a ser a unidade com o maior número de ingressantes de PCD ao longo desses três anos, com a maioria dos novos alunos apresentando deficiência auditiva. No entanto, é importante notar que a taxa de ingresso de discentes com deficiência no IL em 2021 foi menor do que no ano anterior.

A Faculdade de Medicina (FM) aparece em segundo lugar, destacando-se pela alta porcentagem de ingressantes com deficiência física. Essa tendência pode refletir a crescente acessibilidade e o suporte oferecido pela FM para atender a essas necessidades específicas. Em terceiro lugar, o Instituto de Educação (IE) mostra que a maioria dos novos alunos nesta unidade

possui “outras” deficiências. Essa categoria pode incluir uma ampla gama de condições, o que reforça a importância de abordagens personalizadas e inclusivas na educação oferecida pelo IE.

Neste ano, também é notável que a taxa de discentes ingressantes na Faculdade de Tecnologia (FT) permaneceu estável em comparação com 2020. Esse dado sugere uma continuidade na inclusão e no suporte para alunos com deficiência na FT, mantendo o padrão observado no ano anterior.

Na Tabela 3, apresentam-se o quantitativo e o tipo de deficiência dos discentes que ingressaram na IFES no ano de 2021. Essas informações fornecem uma visão detalhada da composição dos alunos com deficiência e permitem comparar as tendências ao longo dos anos, oferecendo insights sobre a evolução da inclusão e as necessidades educacionais específicas dentro da instituição.

**Tabela 3** - Quantitativo de discentes ingressantes que possuem deficiência nos cursos da IFES no ano de 2021

2021				
UNIDADE ACADÊMICA	AUDITIVA	VISUAL	FÍSICA	OUTRAS
CET	0	1	1	0
FAC	0	1	0	3
FACE	2	3	2	6
FAU	0	0	1	2
FAV	0	0	5	2
FCE	1	0	8	2
FCI	1	0	1	3
FD	3	3	6	1
FE	0	4	3	1
FEF	1	0	2	1
FGA	0	0	1	9
FM	3	5	9	5
FS	0	1	2	1
FT	1	3	6	5
FUP	2	2	1	2
IB	1	0	1	5
ICS	0	0	1	2
IDA	0	2	4	4
IE	0	1	6	13
IF	0	0	0	3
IG	0	1	0	1
IH	0	0	2	6
IL	22	8	11	5
IPOL	3	3	4	5
IQ	0	0	1	1

IREL	0	1	0	1
	80	78	156	178
<b>TOTAL</b>	<b>492</b>			

Fonte: Informações fornecidas pela Lei de Acesso à Informação (LAI)

Em 2021, houve um total de 482 PCDs ingressantes na IFES, dos quais 80 possuíam deficiência auditiva, 78 possuíam deficiência visual, 156 possuíam deficiência física e 178 apresentavam outros tipos de deficiência. Observa-se que, nesse ano, o maior número de discentes com deficiência matriculados em alguma faculdade da IFES foi de discentes com deficiência física, totalizando 156 alunos. Por outro lado, o menor número foi de discentes com deficiência visual, com 78 estudantes. Esses dados podem refletir tanto a acessibilidade dos cursos quanto o suporte oferecido pela instituição a diferentes tipos de deficiência.

Ao analisar os dados apresentados nos gráficos 1, 2 e 3 e nas tabelas 1, 2 e 3, é possível observar as informações detalhadas dos discentes com deficiência que ingressaram na IFES no período de 2019 a 2021. Verifica-se que, em 2020, houve um aumento significativo no número de alunos ingressantes na IFES, com o total de 366 em 2019 para 512 em 2020.

Ademais, nota-se que, em 2019, a maioria dos alunos ingressou principalmente nos cursos do Instituto de Letras, com 51 alunos, seguido pelo Instituto de Educação e pela Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia e Gestão de Políticas Públicas, ambos com 14 ingressantes. Estes números indicam uma preferência ou uma maior acessibilidade percebida nesses cursos específicos.

Em 2020, houve um crescimento expressivo no número de ingressantes no Instituto de Letras, que saltou para 66 alunos. Além disso, observou-se um aumento considerável na Faculdade de Medicina, que passou de 14 para 19 ingressantes. O Instituto de Educação, por sua vez, manteve 14 alunos, refletindo uma estabilidade na atração de discentes com deficiência para essa área.

Já em 2021, o número de ingressantes no Instituto de Educação caiu de 66 para 46 alunos, indicando uma possível mudança nas preferências ou nos desafios enfrentados por esses discentes, visto que foi uma queda relativamente alta. Em contrapartida, na Faculdade de Medicina, houve um pequeno aumento, passando de 19 ingressantes em 2020 para 22 em 2021.

De modo geral, de 2019 para 2020, houve um aumento de 146 discentes matriculados, mas também houve 20 desistências de 2020 para 2021. A queda no número de ingressantes em 2021 pode ter sido ocasionada pela pandemia de COVID-19, que impactou tanto docentes quanto discentes, e possivelmente aumentou as barreiras para os alunos com deficiência. A pandemia não apenas dificultou o acesso ao ensino superior, mas também ampliou as

dificuldades para aqueles que já enfrentavam barreiras adicionais, como a falta de recursos tecnológicos adaptados e o distanciamento das redes de apoio.

#### **4.4 Ações e políticas desenvolvidas pela IFES em relação a acessibilidade e permanência dos alunos com deficiência**

Este capítulo visa atender ao terceiro objetivo específico da pesquisa, que busca identificar, a partir das entrevistas e da pesquisa documental, as ações desenvolvidas pela IFES em relação à acessibilidade e à permanência dos alunos com deficiência. A Política de Acessibilidade da IFES foi concebida como um instrumento criado em colaboração com todos os participantes envolvidos no processo de inclusão da comunidade universitária. Essa iniciativa resultou em avanços significativos tanto no processo de admissão quanto na permanência dos estudantes com deficiência na universidade até sua graduação. O procedimento de inclusão se inicia antes mesmo do ingresso do aluno na instituição.

A Resolução do Conselho de Administração nº 0050/2019 dispõe no Art. 1º que:

“Instituir a Política de Acessibilidade da Universidade de Brasília, com os objetivos de zelar pela aplicação da legislação sobre direitos das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades, superdotação, e transtornos funcionais, bem como das normas técnicas e recomendações vigentes, nas ações, atividades e projetos promovidos e implementados pela Universidade de Brasília.”  
(Brasil, 2019)

Além disso, aborda as categorias de acessibilidade, onde são consideradas a acessibilidade arquitetônica, a acessibilidade nos transportes, a acessibilidade na comunicação e na informação, a acessibilidade atitudinal e a acessibilidade pedagógica. A política também estabelece que os estudantes com deficiência têm prioridade na matrícula, acesso a planos de ensino adaptados, flexibilidade na realização de avaliações e exames, possibilidade de prorrogação do prazo para conclusão dos cursos, apoio acadêmico e aborda a promoção da acessibilidade arquitetônica, atitudinal, de transporte, comunicação e sistemas informacionais.

De acordo com o que foi exposto acima, quando questionado em relação às atividades exercidas pela IFES para cumprir com a acessibilidade e a permanência dos alunos, o Gestor afirmou que:

“Nós temos uma política que ela prevê direitos acadêmicos, tá? [...] desses direitos acadêmicos, a gente tem a questão da criação do tempo para realização e atividades avaliativas, da possibilidade de fazer atividade avaliativa em espaço reservado, e a possibilidade também do estudante ter 50% do tempo a mais do curso de graduação, para concluir o seu processo formativo na instituição. É previsto também a garantia de materiais acessíveis para os estudantes que precisam de apoio especializado, por

exemplo, no que se refere à atuação de guias intérpretes e intérpretes de libras, e também em relação aos recursos e tecnologia assistiva, então, esses são os direitos acadêmicos.” (Gestor)

Por conseguinte, no que diz respeito à inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior, entende-se que essa é uma questão complexa que vai além da simples oferta de vagas. Essa inclusão envolve a criação de um ambiente verdadeiramente acessível e acolhedor, onde as necessidades específicas desses estudantes são atendidas de forma eficaz. No entanto, essa inclusão enfrenta desafios adicionais quando combinada com a vulnerabilidade socioeconômica, um fator que amplifica as dificuldades enfrentadas por muitos desses discentes. Nesse contexto, a fala a seguir do gestor expõe alguns dos desafios relacionados aos mecanismos de acessibilidade e permanência que a IFES fornece para esses estudantes.

“A Diretoria de Desenvolvimento Social que vai executar a política de assistência estudantil que é focalizado em estudantes com situação de vulnerabilidade socioeconômica comprovada, o que acontece que muitas vezes a deficiência e a vulnerabilidade socioeconômica se encontram na mesma pessoa, nesse caso a gente precisa intensificar essa estratégia de apoio para que essas pessoas permaneçam. É diferente uma pessoa cega de uma família de classe média alta que chega na universidade com seus recursos e tecnologia assistiva próprias que já tem certa autonomia e independência [...], se você for comparar com um jovem periférico, de baixa renda que chega na universidade sem nenhum recurso e tecnologia assistiva que depende do transporte público e etc. Então isso a gente precisa considerar porque essas variáveis interseccionadas podem potencializar a evasão, né? Por isso que a gente precisa caminhar junto com outras ações outras políticas [...]” (Gestor)

Nas imersões realizadas no campus, verificou-se que o núcleo de acessibilidade possui um carro (Figura 3) que realiza a locomoção dos discentes que solicitam o “serviço”. Sobre isso, o gestor mencionou que:

“Tem os direitos dos transportes também que se refere a locomoção aqui no Campus, hoje, a gente tem uma Van e um motorista que faz esse apoio para locomoção de quem tem deficiência física e mobilidade reduzida e a gente tá em processo de aquisição de mais uma van acessível, a gente tem agora uma Doblô que não atende todos os requisitos de acessibilidade, e a gente então, tá na busca de adquirir um veículo mais acessível.” (Gestor)

Visto que é direito dos alunos com deficiência, nota-se que esse direito só é garantido para os discentes do período diurno, visto que o “Entrevistado 1”, aluno do período noturno da IFES e que possui deficiência física, dispõe que a Instituição deve melhorar o atendimento aos alunos com deficiência do período noturno, pois sua reclamação é a seguinte:

“A locomoção até a UnB é horrível, dentro da UnB minha locomoção é lenta. Creio que dar auxílio na locomoção no noturno, que só existe no diurno, seria uma boa maneira da UnB melhorar o atendimento aos alunos com deficiência.” (Entrevistado 1)

No entanto, uma entrevistada cita que é mais acessível devido ao apoio que a DACES oferece às pessoas com deficiência na IFES, porém é informado que às vezes ela tem que esperar pela alta demanda enfrentada, conforme a seguir:

“Minha locomoção entre os prédios acaba sendo melhor, porque eu vou de carro, só que tem um carro só na DACES e tem muitos alunos, então muitas vezes você tem que esperar um pouco para poder ir, porque está locomovendo todos os alunos. Porque eu tenho aula no ICC Sul 9h50 e 10h eu tenho aula na faculdade de direito, mas assim pra chegar lá, eu indo de bengala com aquele ICC é horrível, principalmente nessa área que tem muita gente, e eles ficam exatamente em cima do piso tátil [...]” (Entrevistado 2)

A seguir, está disposta a Figura 3, que mostra melhor o transporte de pessoas com mobilidade reduzida.

**Figura 3:** Transporte de pessoas com mobilidade reduzida



Fonte: Autoria própria (2024)

A locomoção externa até a IFES também é um fator crucial para os estudantes e tem sido alvo de críticas, principalmente no que diz respeito à desistência do curso. O Art. 13 da Portaria N° 0050/2019 prevê que a Administração Superior deve promover o diálogo com o órgão responsável pela fiscalização do transporte público, visando garantir a acessibilidade nas linhas de ônibus que servem o trajeto para a IFES (CAD N° 0050/2019). No entanto, de acordo com as entrevistas realizadas, esse artigo não tem sido cumprido de forma eficaz. Alguns discentes informaram que:

"A locomoção é um dos maiores fatores para eu desistir hoje da universidade. É muito ruim o transporte e também a questão dos 110, ainda perde um tempo maior no 110. Uma das minhas maiores queixas da vida, a catraca para pegar o 110, que ela é muito alta. Meu passe estudantil já foi bloqueado umas 3 vezes, porque tinham pessoas atrás de mim, tirava uma foto da pessoa que estava atrás de mim, mas não de mim" (Entrevistado 5)

#### 4.5 Principais dificuldades e desafios na acessibilidade e permanência

As principais dificuldades e desafios na acessibilidade e permanência dos estudantes com deficiência são multifacetados e exigem uma abordagem integrada e contínua para serem eficazmente abordados.

Em relação a acessibilidade arquitetônica e urbanística o Gestor informou que:

"[...] é um grande desafio que a gente tem aqui na instituição e que nessa perspectiva a gente trabalha muito alinhado às direções das unidades acadêmicas, aos estudantes que apresentam as suas demandas, a prefeitura que é responsável pelos contratos de manutenção e a secretaria de infraestrutura que é responsável pelas obras. Reformas e obras que vão demandar modificação na estrutura, vou dizer assim, né, dos prédios e da questão urbanística aqui do Campus." (Gestor)

Compreendendo o assunto, foi realizada questionamentos em relação a acessibilidade arquitetônica e urbanística para os discentes que foram entrevistados, sendo que o Entrevistado 1 possui deficiência física e o Entrevistado 2 possui deficiência visual, os mesmos alegaram que:

"No ICC norte não tem piso tátil e eu me guio pelas paredes, aí eu vou andando tranquilamente e do nada tem um porta álcool em gel... aqueles que colocaram na época da Pandemia, e até hoje está lá, mas não tem mais álcool, então agora só tá lá pra gente esbarrar." (Entrevistado 2)

"Eu não vejo muitas dificuldades em relação a acessibilidade" (Entrevistado 1)

Em relação à permanência na IFES, as respostas variam e abordam diferentes aspectos. A falta de infraestrutura adequada e suporte pode impactar diretamente a decisão dos estudantes de permanecer na instituição. Portanto, a acessibilidade desempenha um papel fundamental na experiência acadêmica e na permanência dos alunos na IFES. Dito isso, segue algumas respostas em relação aos questionamentos feitos em relação da permanência dos mesmos:

"a permanência se torna mais fácil quando se tem condições financeiras melhores, para poder custear um psicólogo[...]" (Entrevistado 1).

"A permanência da pessoa com deficiência está muito condicionada à acessibilidade que você encontra na universidade e eu acredito que o que realmente dificulta são as barreiras que ela encontra, a gente não fala só de barreira arquitetônica, a gente fala da barreira humana que é a atitudinal. Porque se você for para a universidade, igual

eu vou pensando, o que que eu vou ter que derrubar hoje? Qual é o tipo de capacitismo que pode acontecer?... Nunca pensei em abandonar o curso, porque direito é meu sonho, mas a universidade sim, por que chega num determinado momento que você pensa por que que eu tenho que ficar passando por isso? Eu tenho 60 colegas de classe, nenhum dos meus 59 colegas de classe estão passando por isso.” (Entrevistado 2)

Um dos entrevistados, ao abordar a questão dos materiais acessíveis, destacou a importância da tradução de artigos e documentos para o braile. Durante a conversa, ele comentou que essa iniciativa é essencial para garantir que as pessoas com deficiência visual tenham acesso igualitário às informações acadêmicas e institucionais, onde comentou que:

“Tenho muita dificuldade com os documentos, demora muito para chegar”  
(Entrevistado 3)

Por conseguinte, em relação à estrutura interna que a IFES disponibiliza para os alunos com deficiência, surgem diversas reclamações sobre a falta de manutenção em instalações essenciais. Muitos alunos apontam problemas recorrentes, como elevadores que estão fora de serviço, pisos táteis que se descolaram e foram removidos sem substituição, e calçadas que se desgastaram e não foram reformadas. Esses problemas comprometem significativamente a acessibilidade e a segurança dos estudantes, evidenciando a necessidade urgente de uma revisão e manutenção regular das instalações. A ausência de cuidados adequados com esses recursos essenciais pode criar barreiras adicionais para os alunos, impactando sua mobilidade e sua capacidade de participar plenamente das atividades acadêmicas na instituição. Portanto, é fundamental que a IFES implemente medidas efetivas para garantir que todas as áreas acessíveis estejam em condições adequadas e seguras para todos os estudantes.

“No meu caso os maiores problemas internos da UnB são escadarias e falta de elevador. Na FS o elevador não funciona, basicamente você tem que usar a escada, não tem rampa. A rampa que tem só vai até o primeiro andar, né? O resto é escada. Tem elevador e na maioria das vezes, a pessoa fica presa lá dentro só de pensar nisso já nem cogita. Já fui ao subsolo da ICC algumas vezes, a maioria foi de escada, porque o elevador lá nem sei se existe, não existe a manutenção desses elevadores. Os laboratórios são bons, o problema é chegar até eles.” (Entrevistado 3)

"Em relação ao banheiro não tenho problema, está muito acessível e a sala de aula também. Minha queixa seria mais sobre os laboratórios mesmo, não são nada acessíveis." (Entrevistado 5)

“O ICC é horrível, porque a parede é a linha guia da pessoa com deficiência, se não tem piso tátil, lá tem bebedouros que são eletrônicos entendo que tem que ficar lá, mas tem lixeira que eu não sei pra quê, além de uns alunos que pegam as mesas do centro acadêmico, levam para fora e se sentam na parede onde a pessoa com deficiência vai passar. No BSA Norte o único problema de lá é a falha do piso, não tem manutenção. Na faculdade de direito a gente não tem piso tátil, tenho que ir pra parede e o problema são que as portas de lá abrem pra fora, então, se você está na parede, você já tem que ir sabendo que pode ser que você encontre uma porta, tem que ir mais devagar, também tem um jardim comunitário, que tem uns banquinhos, só

que entre os banquinhos, você tem uma falha, e nada que te avise, por um acaso você passa na falha, você vai cair lá embaixo com mais de 3 m de profundidade” (Entrevistado 2)

Ao perguntar aos alunos como a IFES poderia aprimorar o atendimento e a permanência dos estudantes com deficiência, eles destacaram a importância de oferecer um suporte psicológico mais eficaz. Também foi mencionado que incluir esses alunos em projetos de iniciação científica e melhorar a comunicação com a instituição seriam passos significativos para melhorar sua experiência acadêmica e garantir uma integração mais completa.

“Oferecer recursos psicológicos, atendimento psicológico para saber como que tá a saúde mental dessas pessoas também” (Entrevistado 5)

“A UnB pode melhorar o atendimento disponibilizando apoio psicológico para todos e melhorando a comunicação entre a gente, seja comunicação por e-mail de alguma forma, é um pouco falha porque às vezes você fica sabendo das coisas que você tem direito meio de orelhada, né? Você não fica sabendo oficialmente.” (Entrevistado 3)

“Creio que dentro da UnB deveria ter uma política de inclusão nas atividades acadêmicas por exemplo o PIBIC, centros acadêmicos [...]” (Entrevistado 1)

“Eu acredito que a melhor forma de você melhorar o atendimento à pessoa com deficiência, seja a força de vontade, acredito que as pessoas que estão naquela instituição, se elas tiverem, a força de vontade, a de aprender a como eu posso melhorar isso daqui e contribuir para que esse local ele fique mais acessível.” (Entrevistado 2)

A entrevistada 2 destacou um aspecto fundamental para a inclusão de pessoas com deficiência: a acessibilidade atitudinal. Ela enfatizou que, além das adaptações físicas, a verdadeira garantia de acessibilidade depende da disposição e da atitude das pessoas envolvidas. Além disso, foi mencionado que incluir pessoas com deficiência na gestão da instituição pode ser crucial, pois elas compreendem melhor as dificuldades enfrentadas em ambientes que não são acessíveis.

A pesquisa revela de modo geral que o gestor e a equipe da DACES estão empenhados em oferecer a assistência necessária aos estudantes com deficiência. No entanto, há uma falta de distribuição eficiente de recursos. Ademais, a indisponibilidade de recursos não pode ser atribuída exclusivamente à IFES, uma vez que o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2023, enviado pelo governo ao Congresso Nacional, prevê cortes significativos nos investimentos destinados à educação no Brasil.

Durante a participação na equipe e com o gestor da DACES, foram testemunhados os esforços dedicados para superar as barreiras no ambiente universitário. Destaca-se o excelente trabalho da diretora desde a criação do DACES em 2020, que tem buscado expandir a equipe,

os intérpretes e demais profissionais. Apesar dos avanços, ainda não foi atingida a cobertura necessária para todos os alunos, dado que certos desafios ultrapassam o controle direto da diretoria.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como proposta de investigação responder ao seguinte problema de pesquisa: “Como ocorre a execução de políticas de acesso, acessibilidade e permanência em uma Instituição Federal de Ensino Superior do Centro-Oeste?”. Nesse sentido, buscou-se identificar a estrutura organizacional e o papel desenvolvido pela Diretoria de Acessibilidade, as ações e políticas elaboradas pela IFES para os estudantes com deficiência, bem como ouvir o ponto de vista dos próprios estudantes com deficiência da instituição.

Ao analisar todas as informações obtidas até o momento, é possível identificar avanços na construção de leis e políticas públicas que asseguram o direito das pessoas com deficiência de acessar o ensino superior e nele permanecer até a conclusão do curso. Conforme mencionado pelo gestor responsável pela Diretoria de Acessibilidade, a IFES implementou uma política que prevê direitos acadêmicos específicos para esses estudantes. Entre esses direitos, destacam-se o aumento do tempo para a realização de provas, a possibilidade de o discente estender seu período de graduação em até 50%, e a garantia de materiais acessíveis, entre outros.

No entanto, apesar desses avanços, ainda há um descompasso entre as normas e a realidade vivida pelas pessoas com deficiência na universidade. Essa disparidade foi evidenciada nas narrativas dos entrevistados, que, embora reconheçam o empenho da IFES em promover ações que garantam acesso, acessibilidade e permanência, apontam que as condições atuais ainda necessitam de muitas melhorias para que a acessibilidade, o acesso e o suporte à permanência das PCDs sejam plenamente efetivados.

Além disso, o que se observou nessa pesquisa é que apesar de o acesso a IFES está assegurado por meio da Lei nº 13.409/2016, os entrevistados destacaram que esse acesso ainda é restrito. Dessa forma, entende-se que ainda há espaço para avanços. Embora a mudança desses termos não esteja unicamente sob o poder das IFES, mas sim de órgãos superiores que definem as normas, é possível que ajustes no acesso sejam implementados em todas as IFES, e não apenas na instituição em questão.

Pode-se compreender que as políticas de acessibilidade para pessoas com deficiência (PCDs), são imprescindíveis, onde verificou-se na observação participante e com as entrevistas as necessidades dos discentes, sendo em seguida comparadas com o que está sendo feito pela IFES.

Em relação à *acessibilidade física*, o gestor da IFES destacou os esforços da instituição para garantir que suas instalações, como prédios, salas de aula, bibliotecas, laboratórios e áreas

comuns, sejam acessíveis para pessoas com deficiência (PCDs). Esses esforços incluem a construção de rampas de acesso, instalação de elevadores, adaptação de banheiros, implementação de corrimãos e a colocação de sinalização tátil para orientação.

Durante a observação participante, constatou-se a ampliação de alguns espaços, como a construção de um novo banheiro acessível e a colocação de placas em braile para identificação de salas, auditórios e outros locais da universidade. No entanto, apesar dos esforços da Diretoria de Acessibilidade para garantir a acessibilidade física, os alunos ainda apontam desafios estruturais. Por exemplo, no ICC Norte, falta piso tátil, uma irregularidade também observada no ICC Sul e em prédios mais antigos da IFES, conforme relatado pelo "Entrevistado 2" e observado durante a pesquisa. Em contraste, os prédios mais novos, como por exemplo o BSAN, FACE e BSAS, já contam com essa acessibilidade.

Além disso, o "Entrevistado 3" destacou que os maiores problemas estão relacionados à falta de rampas e elevadores em alguns prédios. Ele mencionou que, mesmo onde há elevadores, muitos não estão em funcionamento. Houve também reclamações sobre a falta de acessibilidade nos laboratórios da IFES para PCDs.

Desde o início desta pesquisa, foi realizado uma inspeção de diversos espaços da IFES, observando as condições e buscando identificar possíveis evoluções. Foi possível notar melhorias, como a substituição do piso tátil em alguns prédios.

Por conseguinte, é essencial que determinados alunos tenham acesso a *materiais didáticos em formatos acessíveis*, como livros, apostilas e outros recursos de aprendizado em Braille, formatos digitais acessíveis, áudio ou fontes ampliadas. Além disso, tecnologias assistivas, como leitores de tela e ampliadores de tela, também devem ser disponibilizadas para apoiar os estudantes com deficiência visual. Nesse contexto, conforme mencionado pelo gestor, a IFES possui uma política para garantir o acesso dos discentes a materiais didáticos acessíveis. No entanto, de acordo com o "Entrevistado 3", esses materiais demoram muito tempo para serem entregues. Essa demora pode ser compreendida ao considerar a quantidade de servidores em relação ao número de alunos, o que justifica, em parte, o atraso na disponibilização.

Para tanto, compreende-se que possuir *tecnologia e recursos digitais acessíveis*, é imprescindível, e a IFES deve se esforçar para garantir que os recursos e plataformas digitais utilizados no ensino sejam adequadas. Isso pode envolver o desenvolvimento de sites e aplicativos que seguem diretrizes de acessibilidade. Dado isso, entende-se que em uma das observações, foi possível notar que a professora buscou adaptar os materiais para seus discentes com deficiência.

Para estudantes surdos ou com deficiência auditiva, é importante disponibilizar *intérpretes de língua de sinais* nas aulas e eventos acadêmicos. De acordo com a observação participante pode-se dizer que a IFES possui intérpretes de Libras, entretanto, não é em uma quantidade suficiente para atender todos os discentes. Conforme informações dispostas pelo gestor nas entrevistas e de acordo com o site da DACES que dispõe a existência de apenas dois tradutores.

Algumas Instituições Federais de Ensino Superior oferecem serviços de *suporte individualizados* para estudantes com deficiência, como tutores, assistentes pessoais ou orientadores acadêmicos. Esses profissionais podem auxiliar os estudantes com deficiência na adaptação aos desafios acadêmicos e garantir que eles recebam o suporte necessário para seu sucesso educacional e foi visto esse esforço por parte da DACES, em atender e dar suporte individualizado para as PCD's.

Em relação a permanência, entende-se que os entrevistados acreditam que possuindo condições financeiras adequada, os ajudariam a custear uma psicoterapia, sendo assim, pode-se dizer que as questões psicológicas das PCD's devem possuir mais atenção como abordam os Entrevistados 3 e 5, pois cursar a graduação sem nenhuma barreira, já torna compreensível o grande esforço mental que é demandado, então para o discente com deficiência pode ser ainda mais exaustivo.

Ainda de acordo com o resultado da pesquisa e com a entrevista com o gestor, é possível verificar que a IFES vem buscando realizar as adaptações necessárias de acessibilidade e permanência para o pleno acolhimento dos estudantes com deficiência. Porém, de acordo com as entrevistas realizadas com os discentes, ainda há muitos desafios para que se possa considerar que a IFES promove de forma efetiva o acesso e suporte às PCD's.

## 5.1 Recomendações

**Remoção de Equipamentos Inutilizados:** É necessário retirar o recipiente de álcool em gel que não tem sido utilizado desde a pandemia de COVID-19, a fim de evitar que obstrua a passagem das pessoas com deficiência (PCD's).

**Parcerias para Atendimento Psicológico:** Deve-se desenvolver parcerias com instituições e faculdades da IFES para assegurar que os estudantes com deficiência tenham acesso a atendimento psicológico adequado.

**Campanhas de Conscientização:** Realizar campanhas de conscientização semestrais para os demais estudantes, com o objetivo de aumentar a compreensão sobre as questões relacionadas às PCD's.

**Aumento de Profissionais Especializados:** É necessário disponibilizar um maior número de profissionais especializados para atender às necessidades dos estudantes com deficiência.

**Melhoria na Sinalização:** Melhorar a sinalização dos prédios e salas de aula, incluindo a instalação de placas em Braille, para facilitar a acessibilidade e a orientação.

**Acompanhamento Acadêmico:** Implementar um acompanhamento acadêmico mais aprofundado com os estudantes, de forma a identificar e resolver problemas conforme surgem, prevenindo casos de evasão.

**Melhorias nas Condições das Calçadas:** Melhorar as condições das calçadas no campus, incluindo o nivelamento, o tamanho e a altura, além da instalação de pisos táteis e sinalizações adequadas para garantir a acessibilidade.

**Feedback Contínuo:** Estabelecer um sistema de feedback contínuo para que os estudantes com deficiência possam expressar suas necessidades e preocupações, possibilitando ajustes e melhorias contínuas.

**Facilitação de Transporte e Acesso ao Campus:** Melhorar o acesso ao campus com opções de transporte adaptadas e garantir que os trajetos até os prédios e salas de aula sejam acessíveis para todos.

## Referências

ALA-HARJA, M.; HELGASON, S. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público**, v. 51, n. 4, p. 5-60, 2000

ARRETCHE, M. **Estado Federativo e Políticas Sociais**. Determinantes da Descentralização. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: 1988

BRASIL, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: SEESP/MEC, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008.

BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). Documento orientador: **Programa incluir - Acessibilidade na educação superior SECADI/SESu –2013**. 2013b.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Brasília, DF: PR, 2004.

BRASIL, Presidência da República. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Brasília, DF. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação In Loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**. Brasília, DF, 2013a

BRASIL. **Decreto nº 186, de 09 de julho de 2008**. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União, Seção 1 - 10/7/2008c, p. 1.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Deficiente (CORDE), e da Secretaria de Educação Especial/MEC (SESP). **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, 1994.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência**: protocolo facultativo à convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2007.

CASTRO, S. F.; ALMEIDA, M. A. **Ingresso e Permanência de Alunos com Deficiência em Universidades Públicas Brasileiras.** Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 20, n. 2, p. 179-194, Abr-Jun., 2014

CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE FUNCIONALIDADE, INCAPACIDADE E SAÚDE. São Paulo: EdUSP, 2003.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 25–47

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens.** Tradução de Sandra Mallmann da Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

DACES/UNB. Diretoria de Acessibilidade da Universidade de Brasília. 2023

DECHICHI, C.; SOUZA, V. A. de. **Inclusão educacional do discurso à realidade: construções e potencialidades nos diferentes contextos educacionais.** Uberlândia: EDUFU, 2012.p.13-36.

DECHICHI, C.; SILVA, L. C.; GOMIDE, A. B. **Projeto Incluir: acesso e permanência na UFU.** In: Inclusão Escolar e Educação Especial: teoria e prática na diversidade. Uberlândia: EDUFU, 2008. p. 333 - 352.

DYE, T. D. **Understanding Public Policy.** Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1984.

GARCIA, R. A. B.; BACARIN, A. P. S.; LEONARDO, N. S. T. **Acessibilidade e permanência na educação superior: percepção de estudantes com deficiência.** Psicologia Escolar e Educacional, SP. Número Especial, 2018: 33-40.

GUSSI, Alcides Fernando; OLIVEIRA, Breyner Ricardo de. **Políticas públicas e outra perspectiva de avaliação: uma abordagem antropológica.** Revista Desenvolvimento em Debate, v. 4, n. 1, p. 83-101, 2016.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Política Pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral; tradução técnica.** Francisco G. Heideman. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

JANNUZZI, P. de M. (2022). **Avaliação De Programas Sociais No Brasil: Repensando Práticas E Metodologias Das Pesquisas Avaliativas.** Planejamento E Políticas Públicas, (36).

JANNUZZI, P. D. M. **Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais.: Uma Introdução aos Conceitos e Técnicas.** 1. ed. Campinas/SP: Alinea, 2016. p. 1-164.

LARA, P.T.; SEBASTIAN-HEREDERO, E. Organização do acesso e permanência das pessoas com deficiência no ensino superior a partir da instauração do Programa Incluir. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional,** Araraquara, v. 24, n. esp. 2, p. 1137-1164.

LASSWELL, H. D. **Politics: Who Gets What, When How.** Cleveland, Meridian Books, 1936.

LINDBLOM, Charles E. “The Science of Muddling Through”, **Public Administration Review** 19: 78-88. 1959.

HADDAD, S. O direito à educação no Brasil; **Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação**. Curitiba: DhESC Brasil, 2004

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MINAYO, M. C. O desafio da pesquisa social. In: Minayo, M. C. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: ONU, 1948.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. 2006a. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Doc. A/61/611, Nova Iorque, 13 dez.

PLETSCH, M. D; LEITE, L. P. Análise da produção científica sobre a inclusão no ensino superior brasileiro. **Educar em Revista**, 2017.

RAEDER, S. **Ciclo de Políticas: uma abordagem integradora dos modelos para análise de políticas públicas**. Perspectivas em Políticas Públicas, v. VII, p. 121-146, 2014.

RAMOS, M. P.; SCHABBACH, L. M. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: Conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 5, p. 1271-1294, 2012.

RANGEL, A. B. R. **Inclusão de pessoas com deficiência na Universidade Federal Fluminense: acesso e permanência, possibilidades e desafios**. P. 732-746.

ROCHA, T.B.; MIRANDA, T.G. Acesso e permanência do aluno com deficiência na instituição de ensino superior. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v.22, n.34, p.197-212, 2009

SANTOS, B. de S. **Dilemas do nosso tempo: globalização, multiculturalismo e conhecimento**. Educação & Realidade, Porto Alegre, 2001, v. 26, n. 1, p. 13-32, 2001.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. 5 ed. Rio de Janeiro, WVA, 2003

SASSAKI, R. K. Nada sobre nós, sem nós: Da integração à inclusão - Parte 1. **Revista Nacional de Reabilitação**, ano X, n. 57, p. 8-16, jul.ago., 2007.sE

SILVA, L. C. da. **A educação superior e o discurso da inclusão: conceitos, utopias, lutas sociais, realidade**. In: \_\_\_\_\_;

SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, n.16, p.20-45, 2006.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 5ª edição. [S. l.]: Bookman, 2014.

## Apêndices



### ROTEIRO DE ENTREVISTA

(Discentes)

Entrevista realizada para os seguintes temas de pesquisa:

- **POLÍTICAS PARA ACESSO, ACESSIBILIDADE E PERMANÊNCIA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA ENSINO SUPERIOR:** Um estudo em uma Instituição de Ensino Superior do Centro-Oeste

Nome:	
Idade:	Gênero:
Curso:	Semestre:
Qual sua deficiência e como surgiu?	

#### **Perguntas sobre acesso: (LEI Nº 13.409, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.)**

- 1- Que fatores fizeram você escolher o curso atual?
- 2- Como você avalia o ingresso à universidade?
- 3- Como vê o sistema por cotas para PcD atualmente?
- 4- Antes de entrar na IFES você pesquisou as legislações que tratavam de PcD e verificou quais amparos legais você teria? Se sim, solicitou? Foi atendido?
- 5- Encontrou dificuldades ao ingressar na IFES?

#### **Perguntas sobre a permanência: (RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Nº 0050/2019)**

- 1- Como você enxerga sua vida acadêmica?
- 2- Como você avalia o seu desempenho acadêmico?
- 3- Como você avalia a sua interação com os demais alunos, professores e funcionários da IFES?

- 4- Qual seria sua avaliação em relação a interação com as atividades acadêmicas, esportivas, sociais, recreativas e culturais.
- 5- Em relação a permanência na IFES, quais fatores contribuem e dificultam?
- 6- Já considerou abandonar o curso? Se sim, qual fator foi levado em conta?
- 7- Tem alguma sugestão do que ser feito para melhorar a permanência dos estudantes com deficiência.

**Perguntas sobre acessibilidade: (RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Nº 0050/2019)**

- 1- Avalie a locomoção até a IFES. (Art. 13)
- 2- Como é a sua locomoção internamente? (Biblioteca, pavilhões, refeitórios...). Tem uma sugestão de como melhorar? (Art. 10, 11 e 12)
- 3- Como é a estrutura interna e o ambiente da IFES para você? (Sala de aula, banheiros, espaços físicos, ventilação, temperatura, conforto...) (Art. 5 e 6)
- 4- Você sente que a IFES proporciona condições didática-pedagógicas para você? (Docentes preparados, livros, recursos tecnológicos...) (Art. 2)
- 5- A IFES pode melhorar o atendimento aos alunos com deficiência? De que forma?
- 6- De acordo com sua experiência, como é ser um acadêmico com deficiência?

Observações e comentários gerais sobre o tema:

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA**

### **(Gestão)**

- 1 - Quais são as atividades exercidas pela Daces? (as frentes de trabalho)
- 2 - Quais são os princípios e valores da organização?
- 3 - Como é a cultura organizacional?
- 4 - Qual é o papel da Daces na política de comunicação e na política das pessoas com deficiência?
- 5 - Fale um pouco sobre o cenário político-institucional em que está a Daces está inserida.
- 6 - Quais foram as mudanças que ocorrem desde a implementação do PPNE? Há algum documento que pontua essas mudanças?
- 7 - Quais as maiores mudanças que ocorreram desde a transformação da DAC pra DACES?
- 8 - O que a DACES faz para garantir e promover a inclusão dos estudantes?
- 9 - Os direitos de acesso, acessibilidade e permanência dos estudantes vem sendo assegurados dentro da IFES?
- 10 - Há algum documento onde posso ver quantos alunos ingressaram na IFES antes e depois da implementação da PPNE?
- 11 - Os docentes e demais profissionais da IFES estão preparados para lidarem com as dificuldades dos alunos com deficiência?
- 12 - Quando um aluno ingressa na Universidade ele quem tem que procurar a diretoria ou essa pessoa já é encaminhada para a Daces?



## Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de  
Políticas Públicas Departamento de Gestão de Políticas Públicas

Curso: Gestão de Políticas Públicas

### TERMO DE CONSENTIMENTO

Concordo em participar como voluntário(a) do estudo que tem como pesquisadora responsável a aluna de graduação Karolayne Oliveira de Souza, orientada pela professora Dr<sup>a</sup> Elisabeth Aparecida Corrêa Menezes do curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília (UnB), que podem ser contatadas pelos e-mails: [karolayneos2001@gmail.com](mailto:karolayneos2001@gmail.com) , [elisacor12@gmail.com](mailto:elisacor12@gmail.com).

Estou ciente de que o objetivo do estudo é realizar entrevistas com atores envolvidos com a temática de políticas para pessoas com deficiência na IFES, com a finalidade de contribuir para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso da graduação, para responder à pergunta de pesquisa: **“Como ocorre a execução de políticas de acesso, acessibilidade e permanência em uma IFES do Centro-Oeste?”** Realizado pela Karolayne Oliveira.

Entendo que minha participação no estudo se dará através de respostas a perguntas previamente elaboradas pela pesquisadora. Essas respostas serão gravadas e posteriormente transcritas. Minha identidade permanecerá anônima e a entrevista será realizada sem qualquer tipo de constrangimento.

Confirmo que recebi todos os esclarecimentos necessários sobre o estudo no início da entrevista e que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ou constrangimento.

Brasília/DF, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2024.

---

Assinatura do participante

---

Assinatura da pesquisadora